

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO RURAL - PADR**

GILMAR CORREIA DIAS

**OUTRA ECONOMIA ACONTECE: AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE
ECONOMIA SOLIDÁRIA EM PERNAMBUCO**

RECIFE

2016

GILMAR CORREIA DIAS

**OUTRA ECONOMIA ACONTECE: AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE
ECONOMIA SOLIDÁRIA EM PERNAMBUCO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Administração e Desenvolvimento Rural, área de concentração em Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural Sustentável, do Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

ORIENTADORA: Prof.^a Dra. Maria Gilca Pinto Xavier.

Recife

2016

Ficha catalográfica

D541o Dias, Gilmar Correia

Outra economia acontece: as políticas públicas de economia solidária em Pernambuco / Gilmar Correia Dias. – Recife, 2016.
95 f. : il.

Orientador: Maria Gilca Pinto Xavier.

Dissertação (Programa de Pós-graduação em Administração e Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Economia, Recife, 2016.

Inclui referências e anexo(s).

1. Autogestão 2. Projeto Integra 3. Economia Solidária
I. Xavier, Maria Gilca Pinto, orientador II. Título

CDD 338.1

Aprovado em: 17/03/2016.

Banca Examinadora:

Prof(a). Dr.(a) MARIA GILCA PINTO XAVIER

(Orientadora)

Prof. Dr. TALES WANDERLEY VITAL - UFRPE

(Examinador Interno)

Prof. Dr. PAULO DE JESUS – UFRPE/Ded

(Examinador Externo)

Prof(a). Dr(a). SOLANGE MARIA DE FRANÇA - UFPI

(Examinador Externo)

**A memória dos meus pais (Anilda Dias e
Gildo Dias), e a minha irmã (Ana Paula)
por ter carinhosamente incentivado e
acompanhado meus estudos e produções
científicas.**

Com muito amor,

Dedico

.

AGRADECIMENTOS

Ao concluir esta etapa da vida, sinto-me feliz em poder agradecer as pessoas importantes da minha vida. As pessoas estão mencionadas de forma aleatória sem ordem de prioridade, mas antes de citar os nomes, agradeço humildemente a sociedade brasileira que custeou este importante curso por meio de pagamentos de seus impostos.

A Universidade Federal Rural de Pernambuco e ao Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural quanto ao ingresso, às amizades que construí na turma, em especial os colegas da linha de pesquisa Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Aos professores (as) que passaram pela minha vida desde o maternal ao ensino superior, pessoas que provocaram a vontade de estudar, pesquisar e ser crítico.

Aos Professores (a) da Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural quanto à dedicação na execução das aulas, seminários, intercâmbio e orientação nos artigos científicos. Estendo meus agradecimentos à coordenação do mestrado quanto ao comprometimento e zelo, pois sempre estiveram acompanhando nossa trajetória, corrigindo os erros e construindo um ambiente agradável para estudar e pesquisar.

Aos colegas de turmas que dividiram alegrias, frustrações, emoções, trabalhos e apresentações de seminários. Durante as aulas presenciais, troca de e-mail e até ligações, os colegas compartilharam conhecimentos e oportunidades com bastante reciprocidade.

Aos professores Paulo de Jesus e Tales Vital, membros da banca de qualificação. As sugestões e orientação ao projeto de qualificação foram importantes para executar a pesquisa de dissertação, suas experiências trouxeram contribuições valiosas e potencializaram minha produção.

A orientadora Maria Gilca Pinto Xavier que sempre dedicou tempo, atenção e acolheu meu projeto de pesquisa. Construímos uma relação para além do espaço acadêmico, de respeito e admiração. Seu comprometimento contribuiu para produção desta dissertação,

sempre cobrando e motivando para que tivéssemos uma produção atual e de fácil compreensão.

A amiga Solange França que incentivou e apoiou a produção científica, estando sempre disponível e orientando os passos que deveria tomar. Seus contos sobre a instituição, relação com os professores e produções permitiram entender melhor o universo acadêmico e científico.

Aos amigos (a) de trabalho que foram compreensivos nos momentos que precisei estar ausente das atribuições da Secretaria de Administração, Governo e Desenvolvimento Econômico de Lagoa de Itaenga, em especial de Flavia Adalgisa que sempre apoiou e teve uma atitude de retaguarda.

A Inalda Batista, amiga de longas datas, pessoa que sempre procurou acompanhar minha trajetória, aconselhando, incentivando e motivando minha carreira acadêmica e profissional. Sua admiração e energia contagiavam meu sentido da vida. Agradeço quanto à acolhida em sua residência e convivência com a família.

A minha família, e em especial a minha irmã Ana Paula que nunca mediu esforço para que eu conseguisse vencer na vida, superar as dificuldades e me proteger. Pessoa que tenho uma relação de muito respeito, admiração e carinho. Estendo meu carinho a seu esposo Ednaldo Silva e ao meu amor Rafael Dias (sobrinho).

A minha tia Maria Correia e família quanto ao carinho que sempre tiveram por mim, apoiando nos momentos difíceis e procurando motivar minha trajetória política, social, profissional e acadêmica.

A Kétma Santos, amiga do curso de formação profissional em Técnico em Agroecologia e posteriormente companheira de trabalho, pessoa que sempre esteve disponível para fazer a revisão dos meus textos.

Aos meus amigos (a) Viviane Maia, Cícero José e Romário Henrique que sempre se preocuparam com minhas escolhas, tornando-se pessoas confidentes e que me ajudam a superar a difícil realidade da vida.

A memória dos meus avôs e avós, pessoas que sempre amei. Em especial a senhora mais linda do universo, a vovó Dona Lú (Julia Maria).

A todos (a),

MUITO OBRIGADO!

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses fazeres se encontram um corpo do outro. Enquanto ensino, continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo, educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.

Paulo Freire

RESUMO

Com o tema outra economia acontece: as políticas públicas de economia solidária em Pernambuco, pretende-se analisar as iniciativas do Governo Federal e do Governo Estadual enquanto concepção e finalidades. Em decorrência das crises do capitalismo e do desemprego, emergiu entre a sociedade civil organizada, especialistas e gestores públicos o debate sobre qual o papel que o Estado deveria assumir para enfrentar o problema e incluir as pessoas em trabalhos produtivos e, alocação da mão de obra. Neste contexto, a economia solidária passou a ser pautada como outra forma de enfrentar a problemática para além do emprego assalariado, já que objetivava promover diversas formas de organização econômica baseadas no trabalho coletivo e na autogestão administrativa. O desempenho desta política no estado de Pernambuco abriu um leque de possibilidades para o enfrentamento da crise do emprego e para emancipação dos trabalhadores envolvidos, por meio da organização da produção e comercialização de vários empreendimentos solidários. O estudo da política pública de economia solidária aqui buscará analisar as ações enquanto estratégia de atuação do Estado, além das inter-relações entre sociedade, economia e política. Devemos estudar os projetos e ações desenvolvidas no Estado de Pernambuco, com ênfase nas suas diretrizes, estrutura interna, dotação orçamentária e capacidade de execução, concentrando a análise nos últimos 10 anos, além de tabular e analisar os dados do Sistema de Informação em Economia Solidária, em especial sobre os empreendimentos e entidades pesquisadas em Pernambuco.

PALAVRAS-CHAVES: Autogestão; Projeto Integra; Economia Solidária.

ABSTRACT

With the theme of another economy happens: public policies for the solidarity economy in Pernambuco, we intend to analyze the initiatives of the Federal Government and the State Government while designing and purposes. As a result of the crisis of capitalism and unemployment has emerged between organized civil society, experts and policy makers debate about what role the state should take to address the problem and include people in productive work and hand the allocation of work . In this context, the solidarity economy has to be based as another way to tackle the problem beyond paid employment since aimed to promote various forms of economic organization based on collective work and administrative self-management. The performance of this policy in the state of Pernambuco has opened up a range of possibilities for addressing the employment crisis and emancipation of the workers involved, through the organization of production and marketing of various solidarity enterprises. The study of the social economy of public policy here seek to analyze the actions as strategic for state action, in addition to the inter-relationships between society, economy and politics. We must study the projects and actions developed in the state of Pernambuco, with emphasis on its guidelines, internal structure, budget allocation and implementation capacity, focusing the analysis in the last 10 years, and tabulate and analyze the data of the Information System for Solidarity Economy in particular on the undertakings and entities surveyed in Pernambuco.

KEYWORDS: Self-management; Project Integra; Solidarity economy.

LISTA DE TABELA

Tabela 01 – Formas de empreendimentos econômicos solidários em Pernambuco - 2013.....	43
Tabela 02 – Número de sócio por gênero em Pernambuco - 2013.....	44
Tabela 03 – Predominância de sócios beneficiários de programa de transferência de renda ou benefícios da assistência social no Brasil e em Pernambuco - 2013.....	45
Tabela 04 - Distribuição dos empreendimentos econômicos solidários por região de planejamento em Pernambuco – 2013.....	47
Tabela 05 - Distribuição dos empreendimentos econômicos solidários por região de planejamento segundo a forma de atuação em Pernambuco - 2013.....	48
Tabela 06 - Atividades desenvolvidas por empreendimentos econômicos solidários em Pernambuco – 2013.....	49
Tabela 07 - Abrangência territorial de vendas por mercado consumidor em Pernambuco- 2013.....	50
Tabela 08 – Venda dos produtos dos empreendimentos econômicos solidários em Pernambuco– 2013.....	51
Tabela 09 – Necessidade de crédito ou financiamento no Brasil e em Pernambuco – 2013.....	53
Tabela 10 – Condições dos equipamentos dos empreendimentos econômicos solidários em Pernambuco - 2013.....	55
Tabela 11 – Motivação para criação de empreendimentos econômicos solidários em Pernambuco – 2013.....	56
Tabela 12 – Origem da matéria-prima ou do insumo dos empreendimentos solidários no Brasil e Pernambuco- 2013.....	57

Tabela 13 – Origem dos recursos para iniciar as atividades dos empreendimentos solidários no Brasil e Pernambuco – 2013.....	58
Tabela 14 – Instâncias de direção e coordenação do empreendimento no Brasil e em Pernambuco - 2013.....	60
Tabela 15 – Tempo atual que coordenador ou presidente exerce o cargo no empreendimento no Brasil e Pernambuco – 2013.....	62
Tabela 16 – Índice de Desenvolvimento Humano - Brasil, Pernambuco e Municípios do Integra - 1991/2010.....	67

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Área de atuação dos empreendimentos no Brasil e em Pernambuco – 2013.....	46
Gráfico 02 - Empreendimentos econômicos solidários por ano de início das atividades no Brasil e em Pernambuco – 2013.....	47
Gráfico 03 – Principais dificuldades na comercialização dos produtos em Pernambuco – 2013.....	52
Gráfico 04 - Dificuldade para obtenção de crédito em Pernambuco – 2013.....	53
Gráfico 05 – Necessidade de crédito ou financiamento aos empreendimentos solidários em Pernambuco - 2013.....	54
Gráfico 06 - Participação em rede ou fórum de articulação em Pernambuco – 2013....	56
Gráfico 07 – Tipo de apoio realizado pela assessoria, assistência ou capacitação ao empreendimento em Pernambuco – 2013.....	58
Gráfico 08 – Tipo de investimento realizado pelos empreendimentos solidários em Pernambuco – 2013.....	59
Gráfico 09 – Processos decisórios nas assembleias gerais dos empreendimentos em Pernambuco - 2013.....	61
Gráfico 10 – Outras formas de participação dos (as) sócios (as) em Pernambuco – 2013.....	61
Gráfico 11 - Temas tratados nas capacitações ou campanhas em Pernambuco – 2013.	62
Gráfico 12 – Participação dos empreendimentos solidários no movimento social em Pernambuco - 2013.....	63

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Economia Solidária em Pernambuco.....34

Quadro 02 – Principais produtos dos empreendimentos econômicos solidários selecionados para participar do Projeto Integra.....72

LISTA DE SIGLAS, ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

CNES – Conselho Nacional de Economia Solidária
DRT – Delegacia Regional do Trabalho de Pernambuco
EES – Empreendimentos Econômicos Solidários
FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FJP – Fundação João Pinheiro
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INTEGRA – Projeto de Promoção de Ações Integradas de Economia Solidária de Pernambuco
IPEIA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOA – Lei Orçamentária Anual
MTE – Ministério do trabalho e Emprego
OMS – Organização Mundial de Saúde
PDHC – Projeto Dom Helder Câmara
PE – Pernambuco
PEADS – Proposta educacional de Desenvolvimento Sustentável
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA – Plano Plurianual
RS – Rio Grande do Sul
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIES – Sistema de Informação em Economia Solidária
SRTEs – Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego
UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco
ZEIS – Zona de Especial Interesse Social

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO.....	17
1.1 Objetivos.....	20
1.1.1 Objetivo Geral.....	20
1.1.2 Objetivos Específicos.....	20
1.2 Hipótese.....	20
CAPÍTULO 2: AS BASES TEÓRICAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	21
CAPÍTULO 3: METODOLOGIA.....	31
CAPÍTULO 4: A ECONOMIA SOLIDÁRIA EM PERNAMBUCO E OS DADOS DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	34
4.1 Fórum Nacional e Estadual da Economia Popular Solidária de Pernambuco.....	35
4.2 Conselho Nacional e Estadual de Economia Popular e Solidária.....	36
4.3 Conferência Nacional e Estadual de Economia Solidária.....	37
4.4 Orçamento Estadual da Política Pública de Economia Solidária.....	39
4.5 Promoção de Ações Integradas de Economia Solidária em Pernambuco.....	41
4.6 Mapeamento dos Empreendimentos de Economia Solidária.....	42
4.7 Aspectos dos Empreendimentos Econômicos Solidários de Pernambuco.....	43
5. ANÁLISE DO PROJETO PROMOÇÃO DE AÇÕES INTEGRADAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE PERNAMBUCO – INTEGRA.....	65
5.1 Características dos Empreendimentos.....	71
5.2 O Significado do Projeto Integra.....	74

6. CONCLUSÃO.....	77
7. REFERÊNCIAS.....	80
ANEXO I – LEI Nº 12.823 – Institui a Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado de Pernambuco.....	86
ANEXO II – LEI Nº 13.704 – Cria o Conselho Estadual de Economia Popular Solidária.....	92

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

Esse trabalho visa analisar as iniciativas de economia solidária do Governo Federal e do Governo Estadual enquanto concepção e finalidades, caracterizando as políticas públicas de economia solidária em Pernambuco; interpretar os dados do Sistema Nacional de Economia Solidária com ênfase nos empreendimentos de Pernambuco, bem como descrever e interpretar o Projeto Promoção de Ações Integradas de Economia Solidária de Pernambuco – INTEGRA.

A partir da década de 80, como resposta à crise do emprego e amparada nos ideais fundamentais do cooperativismo de autogestão, surgiu no Brasil o movimento da economia solidária. Resultante de múltiplas alternativas que se encontram na busca por soluções contra a miséria, a exclusão, o desemprego e a cultura individualista dominante, ao que respondem com iniciativas balizadas em ideais de igualdade, cooperação e solidariedade (MORAES et al., 2011).

Nesta ocasião, uma nova economia acontecia para trabalhadores do campo e da cidade, mediante a estruturação de empreendimentos econômicos solidários, destacando-se as cooperativas populares autogeridas. Portanto, surgem novas cooperativas com uma nova conotação, dentro do conceito de Empreendimento Econômico Solidário - EES (Gaiger et al., 1999; Gaiger, 1999) e da Economia Solidária (Singer, 1999a, 1999b).

Há de se considerar também que, em suas origens, a economia solidária tem as experiências dos trabalhadores contemporâneos do início da segunda revolução industrial. Sobre isso Singer afirma que a economia solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego, resultantes da difusão "desregulamentada" das máquinas-ferramenta e do motor a vapor no início do século XIX. As cooperativas eram tentativas por parte de trabalhadores de recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas. Sua estruturação obedecia aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia sintetizado na ideologia do socialismo. (2005a, p. 83).

Compreende-se que a revolução industrial foi um processo que acelerou a produção e intensificação das relações capitalistas, tornando a relação trabalho e lucro mais

eficiente, onde o capital financeiro assumiu o controle da produção e da circulação dos bens e depois dos serviços. Neste contexto os trabalhadores partiram para construir estratégias de sobrevivências que originaram o movimento do cooperativismo na Europa, depois expandido para todos os continentes.

Com a consolidação da democracia no Brasil, a partir de 1988, o Estado passou a ser questionado quanto ao seu desempenho e suas funções, bem como a efetividade de suas estratégias para mudar a realidade socioeconômica do País. Portanto, cresce a importância da análise de política pública que deve verificar os motivos que tornam necessária determinada intervenção, o planejamento das ações para o desenvolvimento da iniciativa, a definição dos agentes encarregados de implementá-la, o levantamento das normas disciplinadoras pela qual será regida, até a fundamental avaliação de resultados. A perspectiva de política pública vai além da perspectiva de políticas governamentais, na medida em que o governo, com sua estrutura administrativa, não é a única instituição a servir à comunidade política, isto é, a promover “políticas públicas” (HEIDEMANN, 2010, p.31).

Nos últimos 15 anos o Estado adotou um conjunto de estratégias buscando apoiar e fomentar a economia solidária como alternativa para inclusão social por meio da produção e comercialização de produtos e serviços, tendo por princípio a autogestão. A temática economia solidária vem ganhando respaldo político, econômico e social dado as circunstâncias e capilaridade de experiências de autogestão, associativismo e cooperativismo existente no território brasileiro. Outro fator importante é compreender as concepções que a sociedade e o Estado têm em relação aos processos produtivos e econômicos, e, estudar as motivações que levam estes autores a implementarem uma política pública distinta das teorias de crescimento e desenvolvimento econômico.

A definição e execução de uma política pública nacional de economia solidária reconhecem as experiências exitosas da sociedade civil e de governos. O processo de organização da economia solidária em Pernambuco nos últimos dez anos fez emergir diversas iniciativas, motivadas em especial pela ação de políticas e projetos de governo, além da atuação de organizações sociais e das universidades como forma de resposta e viabilização de alternativas que promovam a inclusão social de pessoas em situação precária no mundo do trabalho.

A propósito, a pesquisa aqui apresentada deve resgatar por meio do modelo de processo, as várias práticas e os diversos programas e projetos desenvolvidos pelo Governo Federal e Estadual em Pernambuco. O modelo para encontrar respostas para esta reflexão está baseado em Dye (2009), pois segundo o autor, a análise de políticas públicas compreende vários modelos conceituais que, a princípio, não foram concebidos com a finalidade de estudar políticas públicas, mas que oferecem possibilidade de reflexão e análise. Se os processos e os comportamentos políticos têm absorvido a atenção central da ciência política por várias décadas, os modelos pretendem simplificar e elucidar as ideias sobre as políticas públicas. Assim, busca-se levantar elementos para discutir as experiências de economia solidária, seu grau organizativo e sua participação no fomento e fortalecimento de cooperativas de produção, comercialização e consumo.

No caso da análise das políticas de economia solidária do governo federal e estadual, mencionaremos os problemas atrelados ao mundo do trabalho e identificaremos as agendas de deliberações, o processo de formulação e a execução de ações mais significativas.

O propósito deste primeiro capítulo é introduzir o assunto, dizer os objetivos, a sua hipótese, o referencial teórico adotado, qual o problema, apontar a metodologia e os primeiros resultados. No capítulo segundo abordaremos o referencial teórico nacional e internacional da economia solidária e das temáticas correlatas ao tema pesquisado, proporcionando um olhar contextualizado desta dissertação. O terceiro capítulo apresenta a metodologia, tendo como objetivo captar e situar os caminhos adotados para o desenvolvimento da dissertação. No quarto capítulo traremos elementos que contribuem para o entendimento dos procedimentos adotados pelo estado de Pernambuco para o desenvolvimento e implantação de ações de governo sobre a economia solidária de iniciativa local ou nacional, além de fazer análise do banco de dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, aprofundando o olhar sobre a situação dos empreendimentos econômicos mapeados em especial em Pernambuco. O quinto capítulo fará o estudo do caso do Projeto Promoção de Ações Integradas de Economia Solidária de Pernambuco, principal ação desenvolvida em Pernambuco, de iniciativa do governo federal e estadual. O sexto e último capítulo está dedicado a análise de resultado da dissertação.

O curso de Mestrado em Administração e Desenvolvimento Rural trouxe sua contribuição quanto ao estudo e reflexão deste contexto histórico e político que envolve vários empreendimentos em todas as regiões de desenvolvimento em Pernambuco, representando uma alternativa de diminuição das desigualdades sociais por meio da participação, produção e comercialização de grupos que trabalham com a agricultura e o artesanato de forma autogestionada.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar as iniciativas de economia solidária do Governo Federal e do Governo Estadual enquanto concepção e finalidades.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Caracterizar as políticas públicas de economia solidária do Governo Estadual e Federal em Pernambuco;
- Interpretar os dados do Sistema Nacional de Economia Solidária com ênfase nos empreendimentos de Pernambuco;
- Analisar o Projeto Promoção de Ações Integradas de Economia Solidária de Pernambuco – INTEGRA.

1.2 Hipótese

As políticas públicas de economia solidária de iniciativas do Governo Federal e do Governo Estadual em Pernambuco aqui apresentada contribuiram para a criação de um ambiente de articulação, formação, produção e comercialização.

CAPÍTULO 2: AS BASES TEÓRICAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Existem muitas interpretações sobre os conceitos e bases teóricas que envolvem o surgimento da economia solidária. Essa temática é definida e refletida por várias abordagens conceituais em relação ao seu sentido. Sendo assim, constitui um campo de práticas com dinamismos peculiares desde suas origens, o que lhe propiciou movimentos de expansão e de reflexo, do ponto de vista dos estudos e teorizações a respeito, segue não permitindo juízos taxativos, nem favorecendo generalizações (LIMA, 2012).

Para Singer (2002), na sua concepção teórica, a economia solidária trata-se de um programa que se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas solidárias, cuja lógica é oposta ao modo de produção dominante. Em outra publicação o autor arremata:

Esta é a origem da economia solidária. Seria justo chamar esta fase inicial de sua história de ‘cooperativismo revolucionário’, o qual jamais se repetiu de forma tão nítida. Ela tornou evidente a ligação essencial da economia solidária como a crítica operária e socialista do capitalismo (SINGER, 1998).

Na percepção de Singer, a economia solidária se configura numa estratégia de enfrentamento do capitalismo com possibilidades reais de transformação sistêmica, mas também de uma transformação que ocorrerá dentro do próprio capitalismo (SINGER, 2004). Ainda sobre o surgimento da economia solidária no Brasil, Singer atesta:

A economia solidária começou a ressurgir, de forma esparsa na década de 1980 e tomou impulso crescente a partir da segunda metade dos anos 1990. Ela resulta de movimentos sociais que reagem à crise de desemprego em massa, que tem seu início em 1981 e se agrava com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990 (SINGER 2000, p. 25).

A economia solidária é outro regime de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual (SINGER: 2002, p. 10). Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária do Governo Federal entre 2003 a 2016, concebe a economia solidária como:

Organizações de produtores, consumidores, poupadores, etc., que se distinguem por duas especificidades: a) estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e b) praticam solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos (SINGER, 2003, p. 116).

Para Tauile (2002), a economia solidária ocorre por meio da constituição de redes de consumo solidário, na qual a sociedade deveria se conscientizar da compra de produtos e serviços de organizações solidárias, criando-se assim, preferências para as organizações da economia solidária. É uma teoria que apresenta suas contribuições para a constituição de redes de comércios justos e solidários.

Nas últimas décadas do século passado aconteceram grandes transformações no mundo do trabalho, desenhando um cenário composto por desemprego. Observou-se que neste período surgiram novas relações trabalhistas, rebaixamento salarial, flexibilização, trabalho precário, aumento da informalidade. Neste contexto, aconteceram modificações no regime de produção e das relações de trabalho. E Arruda (2000), conceitua a economia solidária como uma proposta ideológica de contraponto a economia capitalista.

Segundo Nascimento (2011), a reinvenção da economia solidária porta em si uma espécie de ressurreição de valores que fazem parte da cultura do movimento operário: solidariedade, autogestão, autonomia, mutualismo e economia moral. Na longa conjuntura dos anos de 1960 e 1970, marcada por lutas operárias pelo controle do processo de produção, numa Conferência Nacional pelo Socialismo Autogestionário, realizada em Lisboa e maio de 1978, ainda como fruto das experiências das comissões de trabalhadores surgidas durante a Revolução dos Cravos (1974), assim foi definida a autogestão:

A autogestão é a construção permanente de um modelo de socialismo, em que as diversas alavancas do poder, os centros de decisões, de gestão e controle, e os mecanismos produtivos sociais, políticos e ideológicos, se encontram nas mãos dos produtores-cidadãos, organizados livres e democraticamente, em formas associativas criadas pelos próprios produtores-cidadãos, com base no princípio de que toda a organização deve ser estruturada da base para a cúpula e da periferia para o centro, nas quais se implante a vivência da democracia direta, a livre eleição e revogação, em qualquer momento das decisões, dos cargos e dos acordos (CONFERÊNCIA 1978).

Para consolidar esta ideia, Singer (2000) afirma que a economia solidária deve ter a presença da autogestão como marca, ou seja, como princípio. Para os outros autores filiados à perspectiva da autogestão:

Parcelas da economia solidária realizam a autogestão possível e têm potencial para contribuir com a autogestão necessária, num contexto de unificação das lutas dos trabalhadores rumo a uma sociedade para além do capital. Neste

sentido, se opõem à concepção de Singer (2002a), que concebe a superação gradual do modo de produção capitalista por meio da economia solidária e rejeitam a hipótese de Laville e França-Filho (2004), sobre a perspectiva de complementaridade entre capitalismo e economia solidária. Segundo essa compreensão de autogestão, as organizações de trabalho associado estão em constante tensão com a lógica do capitalismo dominante. O desafio estaria então na superação do trabalho alienado e todos os seus corolários. (WIRTH, FRANGA E NOVAES, 2011, p. 205).

Portanto, a autogestão se apresenta como espaço de reflexão, de luta e utopia. Compreende por utopia a ideia de civilização ideal, fantástica, imaginária. É um sistema ou plano que parece irrealizável, é uma fantasia, um devaneio, uma ilusão, um sonho. É nesse sentido que Novaes (2011) ressalta que o estudo dela se faz necessária como necessidade de se intensificar dentro da economia solidária:

Para nós, não há ação autogestionária sem teoria autogestionária e – neste sentido – acreditamos que os estudos que estão a brotar na América Latina poderão potencializar a ação dos movimentos sociais e, ao mesmo tempo, retroalimentar a teoria da autogestão. Não são poucos os militantes e teóricos que erram na ação por não terem uma teoria adequada para abordar a alienação no cooperativismo e associativismo. Estudar e refletir sobre a autogestão poderá ajudar a potencializar a relação teoria-prática-teoria ou prática-teoria-prática. (Novaes, 2011, p. 11).

O que a economia solidária traz a tona é a autogestão como utopia concreta, ou seja, ideias que estão sendo implementadas. Como expõem Bernardo (2005).

(...) sem a autogestão das lutas a autogestão da sociedade jamais será possível. Todavia, não se trata de projetar uma utopia num futuro longínquo. Pelo Contrário, trata-se de afirmar uma presença imediata, porque qualquer experiência de autogestão constitui, por si só, uma ruptura com as réguas do jogo do Estado capitalista. Ao mesmo tempo em que é a condição para generalizar a autogestão, o fato de gerir a própria luta é a demonstração da viabilidade prática das relações sociais anticapitalistas, igualitárias e coletivas (BERNARDO, 2005, p.3)

Sendo assim, o conceito acima reforça a necessidade dos empreendimentos econômicos solidários terem o princípio da autogestão como elemento principal da sua ação emancipadora. Para Lisboa (2005), a autogestão pode não ser nem suficiente nem necessária para garantir a solidariedade em um empreendimento. Admite que na ausência dela, a economia solidária parece irreconhecível, porque com ela os empreendimentos econômicos solidários exercem de forma democrática o exercício da tomada de decisão, a partilha dos custos e ganhos oriundos de sua atividade produtiva.

Ainda sobre autogestão, Lechat e Barcelos (2008, p.96) apontam que “para o movimento da economia solidária brasileira, ela é um conceito central, pois marca a

distância com as relações capitalistas, assistencialistas e acena por uma democracia radical”. Para Mouffe (2003), a discussão sobre a democracia radical e plural se constitui da seguinte forma.

(...) a existência de relações de poder e a necessidade de transformá-las, enquanto se renuncia à ilusão de que poderíamos nos livrar completamente do poder (...) se aceitamos que as relações de poder são constitutivas do social, então a questão principal da política democrática não é como eliminar o poder, mas como constituir formas de poder compatíveis com os valores democráticos (MOUFFE, 2003, p. 14).

Se a relação de poder e a necessidade de transformá-la faz parte do movimento da economia solidária, podemos afirmar que os envolvidos neste processo transformador emanará outras orientações concretas voltadas em termos de ação econômica e sociais sustentáveis, conforme ressalta Gadotti (2009).

A economia solidária está fortemente ligada à necessidade de formação cultural. Trata-se de uma mudança profunda de valores e princípios que orientam o comportamento humano em relação ao que é e ao que não é sustentável. A eficácia econômica está ligada não só a valores econômicos, mas também a valores culturais da prática solidária (GADOTTI, 2009, p. 33).

Quando França Filho (2002) define a economia solidária como conceito ou noção de um novo fenômeno, o autor cita que a “economia solidária é um fenômeno novo, que contém elementos para a reflexão e prática de um renovado modo de gestão pública (2002, p.9)”. Em trabalhos mais recentes França Filho (2007) ainda amplia o olhar sobre a economia solidária para a concepção de tecnologia social e política pública. Ao analisar a economia solidária como tecnologia social, Dagnino (2010) propõe uma definição para termo tecnologia social, conforme podemos observar:

Ela [a tecnologia social] seria o resultado da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que, em função de um contexto socioeconômico (que legitima o associativismo), os quais ensejam, no ambiente produtivo, um controle (autogestionário) e uma cooperação (de um tipo voluntário e participativo), que permite uma modificação no produto gerado passível de ser apropriada segundo a decisão do coletivo (DAGNINO, 2010, p. 210).

Este conceito de tecnologia social propõe uma modificação nos processos de trabalho, que no caso da economia solidária tem haver com excedente gerado. Vai além quando apontam as práticas associativistas e autogestionárias, elementos bases da economia solidária.

Para Coraggio (2002), a economia solidária seria um caminho para ir além da simples reprodução da vida biológica, constituindo como um dever, uma reprodução ampliada da vida de todos os membros. O autor defende a teoria que pode ser vista como um projeto político transformador, se partir do pressuposto que é possível desenvolver outra economia.

Existem ainda autores como Tiriba (2008), Albuquerque (2003), Tauile (2001) e Santana Junior (2007) que visualizam a economia solidária como um movimento social, por ser compreendida como um movimento que luta contra as consequências da desregulamentação econômica e do movimento global de reestruturação produtiva. Abordam ainda que se trata de um movimento social no qual convivem grupos sociais com diferentes concepções e projetos societários, cujas demandas são, em parte, atendidas pelo Estado e mediadas por instituições que dão apoio e assessoria para buscar assegurar a existência e a viabilidade dos chamados empreendimentos econômicos solidários.

Nesta dissertação trabalhamos com duas linhas de pensamento científico sobre a economia solidária que em parte se complementam. A primeira estuda e define os empreendimentos econômicos solidários como organizações coletivas de trabalhadores voltados para a geração de trabalho e renda e regidos, idealmente, por princípios de autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação no trabalho, auto-sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social sistematizada por Gaiger et al. (1999). Já a segunda, desenvolvida por Singer (1999), entende por um o conjunto de experiências coletivas de trabalho, produção, comercialização e crédito organizadas por princípios solidários, espalhadas por diversas regiões do país e que aparecem sob diversas formas: cooperativas e associações de produtores, empresas autogestionárias, bancos comunitários, clubes de trocas, bancos do povo e diversas organizações populares.

De forma simples, a economia solidária pode ser definida como o conjunto das atividades que contribuem para a democratização econômica por meio do trabalho coletivo e autogestionado. Para Leite (2009) existem três correntes de pensamento sobre a economia solidária. A primeira argumenta que as experiências de economia solidária possuem princípios e práticas avessos ao do sistema capitalista (MANCINI, 1999; SINGER 2002). Por sua vez, a segunda corrente reúne estudiosos que interpretam as

iniciativas desse campo como um modelo de produção que, como tal, convive com o sistema capitalista e com ele relaciona-se, assim como outros existentes (RAZZETO, 1997; GAIGER, 2003; LAVILLE & FRANÇA FILHO, 2004). Por fim, há um grupo de estudiosos que interpreta a economia solidária simplesmente como uma reação às crises do sistema capitalista e, dessa forma, suas iniciativas são efêmeras e tendem a desaparecer quando tais crises cessarem (CASTEL, 1998; QUIJANO, 2002).

Da mesma forma que a autogestão é primordial para economia solidária, o associativismo é uma característica essencial para o desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários. A vida associativa está presente em muitas áreas das atividades humanas, traduzida em condições que visam contribuir para o equilíbrio e estabilidade social e, a esse respeito, Frantz (2002, p. 1) destaca:

[...] associativismo, com o sentido de co-operação, é um fenômeno que pode ser detectado nos mais diferentes lugares sociais: no trabalho, na família, na escola etc. No entanto, predominantemente, a co-operação é entendida com sentido econômico e envolve a produção e a distribuição dos bens necessários à vida. (FRANTZ, 2002).

A presente discussão se insere nesta dissertação porque todas as ações desenvolvidas no âmbito das organizações sociais e do Estado para o fortalecimento e fomento da economia solidária, buscam estimular a capacidade das pessoas associarem para produzir e comercializar. Esta estratégia vai além, na medida em que as pessoas e os grupos produtivos somam forças para melhorar as condições locais de vida das pessoas e de uma população.

O processo associativo não se estabelece por meio de interesses individuais. Para Ganança (2006), baseando-se em Alexis de Tocqueville, o associativismo perpassa a educação dos cidadãos e cidadãs para a prática e o convívio democrático.

No espaço urbano a crise do capitalismo e as transformações da terceira revolução industrial provocaram mudanças significativas no regime de trabalho, isto é, na forma de estruturação do trabalho necessário a reestruturação produtiva do capitalismo ou a substituição do fordismo pela flexibilização da produção. Já no ambiente rural, a busca real para enfrentar a crise instalada nos grupos produtivos deve ter, na solidariedade, elemento propulsor da cidadania praticada pelo trabalho associado, que pode permitir à autogestão e a cooperação nas relações de trabalho e da produção, anunciando mudanças no desenvolvimento social do País.

A temática associativismo situa-se no contexto da economia solidária, na medida em que vem expressando o desejo das pessoas e coletivos em satisfazer seus anseios, criando e recriando perspectivas de relações sociais participativas. O conceito de associativismo concebido por Scherer-Warren (1998, p.42) nos remete a uma melhor compreensão sobre essa proposição, pois o registra como:

[...] formas organizadas de ações coletivas empiricamente localizáveis e delimitadas, criadas pelos sujeitos sociais em torno de identificações e propostas comuns, como para a melhoria da qualidade de vida, defesa de direitos de cidadania, reconstrução ou demandas comunitárias (SCHERER-WARREN, 1998, p.42)

No ambiente rural, contexto onde se encontra o maior número de empreendimentos econômicos solidários no Brasil e em Pernambuco, a temática associativismo é entendida, segundo Ricciardi e Lemos (2000), como um instrumento de luta dos pequenos produtores, proporcionando a permanência na terra, elevação do nível de renda e de participação como cidadãos.

É certo que diante destes entendimentos sobre a economia solidária os sócios dos empreendimentos precisam vivenciar um processo de formação que permitam modificar sua forma de agir. Desta forma Singer (2005) assevera que:

(...) a prática da economia solidária exige que as pessoas que foram formadas no capitalismo sejam reeducadas (...). Essa reeducação coletiva representa um desafio pedagógico, pois se trata de passar a cada membro do grupo uma outra visão de como a economia de mercado pode funcionar e do relacionamento cooperativo entre sócios, para que a economia solidária dê os resultados almejados. Essa visão não pode ser formulada e transmitida em termos teóricos, apenas em linhas gerais e abstratas. O verdadeiro aprendizado dá-se com a prática, pois o comportamento econômico solidário só existe quando é recíproco. Trata-se de uma grande variedade de prática de ajuda mútua e de tomada coletiva de decisão cuja vivência é indispensável para que os agentes possam aprender o que deles se espera e o que devem esperar dos outros. (Singer, 2005 p. 16).

Segundo Singer (2002), são múltiplas as iniciativas que a caracterizam, tais como as empresas autogestionárias, com seus coletivos de trabalhadores organizados com base na democracia nas tomadas de decisões, além de diversas outras formas de associativismo e cooperativismo na organização sócio-produtiva de caráter supra familiar, caracterizando um verdadeiro "polimorfismo" organizacional. Os empreendimentos de economia solidária são suas células básicas, e têm como princípios básicos: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para

produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores; e, destinação do excedente econômico por critérios acertados entre todos os cooperadores.

Segundo Pinheiros (2013), a economia solidária tem uma dimensão mais abrangente:

1. Pluralidade de princípios econômicos (utilização de diferentes fontes de recursos – mercado, poderes públicos e práticas recíprocitárias). Conseguimos observar estas características quando analisamos os dados do SIES, na medida em que os empreendimentos econômicos solidários pesquisados afirmam que produz uma diversidade de produto e comercializa principalmente em mercados locais e regionais, situação que exigem destes empreendimentos relação de confiança com os consumidores finais;
2. Autonomia institucional (independência e autonomia na gestão). Neste momento os sócios envolvidos com a organização produtiva exercitam os processos decisórios, pois são chamados a participarem, decidirem e partilharem a produção e comercialização sem distinguir a importância de determinado cooperado ou sócio. Neste caso, as assembleias e reuniões coletivas são os principais espaços da tomada de decisão dos envolvidos;
3. Democratização dos processos decisórios. Cada sócio envolvido tem poder de deliberar. Exercício de poder compartilhado, realização das reuniões e assembleia para a tomada de decisão.
4. Sociabilidade comunitária - pública (relações comunitárias e afirmação do princípio de alteridade). Ou seja, valorização da natureza ou condição do outro, do que é distinto.
5. Finalidade multidimensional (além da dimensão econômica, a organização internaliza uma dimensão social, cultural, ecológica e política, no sentido de projetar-se um espaço público). Buscar produzir, comercializar e participar tendo o cuidado com o planeta e com as pessoas.

Para finalizar o estudo em relação aos diversos olhares e entendimento sobre a economia solidária, trazemos a compreensão do Governo Federal¹. É o conjunto de

¹Pesquisa realizada do site <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm> (11/08/2014)

atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizados sob a forma de autogestão. Considerando essa concepção, a economia solidária possui as seguintes características:

- **Cooperação:** existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária.

- **Autogestão:** os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, etc.

- **Dimensão Econômica:** é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo.

- **Solidariedade:** O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados, nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes, no compromisso com um meio ambiente saudável e nas relações que se estabelecem com a comunidade local.

Também existem pesquisadores que criticam a temática economia solidária. Para Vainer (2000), o conceito de economia solidária é uma utopia experimental. Para o autor, diversos órgãos como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e outras agências multilaterais ou nacionais, como o Comunidade Solidária, estão vendendo a ideia do desenvolvimento local como alternativa para as periferias. Para ele isto seria uma estratégia ideológica e política, que, na melhor das hipóteses, pretende compensar a miséria engendrada pelo desenvolvimento do capitalismo e, quase sempre, acabar por produzir apenas alguns mecanismos de controle político das populações miseráveis.

Sob essa perspectiva, o autor afirma que a economia solidária não se apresenta como alternativa global ao projeto capitalista liberal. Entretanto, em certas circunstâncias, as associações solidárias podem oferecer a vivência, mesmo que limitada no tempo e na qualidade. Afirma ainda que a importância da economia solidária reside no fato dela se colocar como um elemento fundamental de combate à desesperança, por isso aborda

uma utopia experimental: “porque utopia é uma coisa que não existe; de outro, porque experimental é algo que se vive” (VAINER, 2000, P.14).

Tal posição parece semelhante às visões de Menezes (2007) e Wellen (2008) que consideram a economia solidária como um projeto ideológico capitalista que precarizam as condições de trabalho. Os autores afirmam que isto ocorre por constituírem organizações de trabalhadores que não possuem direitos trabalhistas, recebem rendas inferiores ao mercado formal, trabalham longas jornadas e servem de mão-de-obra barata para o Mercado, aumentando ainda mais a acumulação capitalista. Além disso, abordam que a economia solidária desarticula os movimentos dos trabalhadores (que passam o tempo todo se dedicando a sobreviver no trabalho coletivo) e nega os conflitos de classes, por englobar em um mesmo rótulo uma diversidade de instituições e organizações de naturezas diferentes.

Compreendendo os conceitos sobre a temática economia solidária, autogestão e associativismo, daremos um passo para entender definições e compreensão de políticas públicas. Até o momento não há consenso na literatura sobre o conceito ou definição de políticas públicas, entretanto Rodrigues (2011) apresenta o seguinte conceito: “políticas públicas são resultantes da atividade política, requerem várias ações estratégicas destinadas a implementar os objetivos desejados [...] constituem-se de decisões e ações que estão revestidas da autoridade soberana do poder público” (RODRIGUES, 2011), bem como o conceito descrito por Souza (2006), onde “as políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade”.

Assim, percebemos que ao assumir a economia solidária enquanto uma ação do Estado brasileiro, os agentes públicos e políticos buscam incentivar uma nova matriz de desenvolvimento atenta aos novos desafios da humanidade. Este processo é sustentado por um amplo processo de conflitos de interesses no qual o movimento social através de sua organização vem pautando a definição de uma política pública de economia solidária.

CAPÍTULO 3: METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida através da estratégia metodológica descritiva e interpretativa, o que caracteriza um estudo de caso (HUBERMAN, 1991; MUCCHIELLI, 1996). O caso em estudo analisou o mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários realizados no Brasil e em especial em Pernambuco, e o Projeto de Promoção de Ações Integradas de Economia Solidária de Pernambuco – INTEGRA, ambos promovidos pelo Governo Federal em parceria com o Governo Estadual e organizações sociais.

Nesse tipo de pesquisa, o pesquisador procura um maior conhecimento sobre o tema em estudo (GIL, 1999), seguindo uma abordagem qualitativa, complementada pela quantitativa.

O modelo adotado para análise da política pública de economia solidária em Pernambuco foi o de processo, que tem como característica o estudo das mudanças políticas de forma gradual. Dentre os modelos conceituais que permeiam o estudo sobre políticas públicas, destaca-se o modelo de processo que designa a política pública como um ciclo fundamentado em três fases político-administrativas: formulação, implementação e avaliação (FREY, 2000).

Para a abordagem quantitativa utilizou-se o banco de dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SIES. O tratamento da base de dados do mapeamento, a realização da pesquisa amostral e a análise dos dados são os fatos que conduziram à idealização e execução do SIES pelo Governo Federal em parceria com entidades e universidades, nos termos conceituais e metodológicos que explicitaremos na medida em que caracteriza o perfil dos associados dos empreendimentos econômicos solidários e seus impactos gerados por sua participação na economia solidária, focando nas características populacionais dos envolvidos com a economia solidária em Pernambuco. Em alguns momentos comparamos o resultado da pesquisa realizada em Pernambuco com a amostra nacional de algumas variáveis, isso permite ter uma análise mais acurada da realidade.

O arquivo com as planilhas sistematizadas foram obtidos através do banco de dados do Ministério do Trabalho. O SIES realizou o mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários entre 2010 e 2013, de modo que adquirimos 19.708 questionários que foram aplicados em todo Brasil e 1.503 em Pernambuco. Desta forma, esses dados foram processados e organizados utilizando o programa SPSS software para análise estatística de dados.

Quanto ao Projeto Promoção de Ações Integradas de Economia Solidária de Pernambuco – INTEGRA, foram trabalhados documentos que dão conta da concepção e execução do mesmo, a exemplo do projeto apresentado ao Ministério do Trabalho e relatórios de execução. Além disso, o pesquisador valeu-se de sua inserção como militante e gestor público, sejam por ocasião da aproximação com o projeto. Também houve o levantamento de informações junto à coordenação estadual sobre a execução e os processos.

Os indicadores sociais utilizados para caracterizar a economia solidária nas esferas Federal e Estadual em Pernambuco quanto à organização da produção foram: abrangência dos empreendimentos econômicos solidários em Pernambuco; características predominantes dos sócios envolvidos nos empreendimentos; características gerais dos empreendimentos e tipificação e dimensionamento das atividades econômicas e situação de trabalho dos sócios; investimentos, acesso a crédito e apoios; e, a gestão do empreendimento e dimensão sociopolítica.

Os indicadores nas pesquisas dissertativas são instrumentos que qualificam o diagnóstico, auxiliam a análise de resultados. Assim, segundo Ferreira, Cassiolato e Gonzales (2009), o indicador é uma medida, de ordem quantitativa ou qualitativa, dotada de significado particular e utilizada para organizar e captar as informações relevantes dos elementos que compõem o objeto da observação. É um recurso metodológico que informa empiricamente sobre a evolução do aspecto observado. Na visão de Rua (2004), os indicadores são medidas que expressam ou quantificam um insumo, um resultado, uma característica ou o desempenho de um processo, serviço, produto ou organização.

A análise de dados permitiu descrever, classificar, ordenar, comparar ou quantificar de maneira sistemática aspectos do contexto social e político da realidade da economia

solidária do Brasil e em especial de Pernambuco. Assim conseguiremos desenhar o perfil do associado ou cooperado, determinar o tipo de atividades, eleger as principais dificuldades e virtudes dos empreendimentos econômicos solidários.

CAPÍTULO 4: A ECONOMIA SOLIDÁRIA EM PERNAMBUCO E OS DADOS DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária em Pernambuco surgiu da iniciativa conjunta do governo federal e estadual, onde seu processo de implementação envolveu diversas ações que foram fundamentais para implementação dessa política pública, como a realização de conferências nacional e estadual, criação do conselho nacional e estadual. Um marco fundamental foi o direcionamento de um orçamento estadual para esse fim, realizando o mapeamento dos empreendimentos que se encaixam no perfil dessa política pública. Logo após, realizou-se o Fórum de Economia Solidária e assim se estabeleceram os marcos legais de Pernambuco, além de desenvolver diversos projetos de incentivos como o Projeto Integra (Quadro 01).

Quadro 01 - Economia Solidária em Pernambuco.



Fonte: Do próprio autor

4.1 Fórum Nacional e Estadual da Economia Popular Solidária de Pernambuco

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) foi fundado durante o Fórum Social Mundial realizado em 2003 na cidade de Porto Alegre – RS e consiste fundamentalmente na articulação entre segmentos do movimento de economia solidária: empreendimentos solidários, entidades de assessoria e fomento, e gestores públicos. A sua principal instância de decisão é a coordenação nacional, que consiste nos representantes das entidades e redes nacionais de fomento, além de três representantes por estado, indicados pelos Fóruns Estaduais de Economia Solidária².

Importantes entidades de assessoria e fomento contribuíram para o desenvolvimento da economia solidária no Estado de Pernambuco. No ano 2000 a Prefeitura do Recife criou a Diretoria Geral de Desenvolvimento da Economia Popular Solidária vinculada a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. Este órgão desenvolveu programas de microcrédito, fortalecimento do associativismo e desenvolvimento do artesanato, e mais tarde outras entidades públicas como a Câmara dos Vereadores do Recife, a Assembléia Legislativa do Estado, a Delegacia Regional do Trabalho de Pernambuco (DRT-PE), o Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC), as Universidades, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), além de diversas organizações da sociedade civil e empreendimentos, se envolveram com a criação do Fórum de Economia Popular Solidária de Pernambuco.

O Fórum de Economia Popular Solidária de Pernambuco foi criado em julho de 2003 pelas entidades de assessorias, gestores públicos e empreendimentos solidários, sendo que este espaço não é uma entidade formal, e sim uma articulação. Com reuniões periódicas, o Fórum Estadual discute e analisa diversas políticas públicas de economia solidária executadas no âmbito estadual e nacional, criando um ambiente de monitoramento e avaliação das iniciativas desenvolvidas em Pernambuco, além de realizar atividades em conjunto no sentido de dar legitimidade e propagar as iniciativas exitosas sobre a economia solidária.

²Pesquisa realizada no site:

http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=65&Itemid=61

Acesso em: 02/02/2016

4.2 Conselho Nacional e Estadual de Economia Popular e Solidária

Os conselhos podem ser vistos como institucionalização setorial da esfera pública. De acordo com a definição pioneira de Habermas, a esfera pública é o espaço da crítica argumentativa e deliberativa e da democratização da autoridade e do poder político, distinguindo-se tanto do Estado quanto do mercado, capaz de preservar uma autonomia própria. Um ponto importante da concepção de Habermas sobre a esfera pública refere-se ao seu lócus: tal espaço pressupõe uma distinção clara entre sociedade civil e Estado (HABERMAS, 1984).

O Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES é um órgão colegiado de caráter consultivo e propositivo, integrante da estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Foi instituído pela Lei Nº 10.683/03 e regulamentado pelo Decreto Nº 5.811/06. Atualmente, o CNES é composto por 56 membros, sendo: 19 representantes do governo federal, de secretarias estaduais de trabalho e de órgãos estaduais e municipais de apoio à economia solidária; 20 representantes de empreendimentos econômicos solidários; e 17 membros de outras organizações da sociedade civil e serviços sociais.

Ao se referir sobre o CNES, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA ressalta que este espaço deve encorajar e promover ações para o engajamento da sociedade civil e do governo na política de economia solidária, estabelecer diretrizes para a política de economia solidária, propor medidas de aperfeiçoamento tanto para a legislação quanto para as atividades e propostas do MTE e da Secretaria Nacional de Economia Solidária, mediar às parcerias estabelecidas entre as entidades da sociedade civil representadas no conselho e a SNES, e atuar de forma conjunta com conselhos correlatos³.

“Esperava-se que, por meio da participação cidadã nos espaços institucionais, seria possível reverter o padrão de planejamento e execução das políticas públicas no Brasil. A mudança desse padrão seria possível porque a participação provocaria um tensionamento nas agências estatais, tornando-as mais transparentes, mais responsáveis, mais suscetíveis ao controle da sociedade” (TATAGIBA, 2002: 47).

Com o funcionamento do conselho nacional de economia solidária, vários estados foram motivados a criar seus conselhos estaduais. Em Pernambuco, o Conselho

³Pesquisa realizada no site: <http://www.ipea.gov.br/participacao/conselhos/conselho-nacional-de-combate-a-discriminacao-lgbt/142-conselho-nacional-de-economia-solidaria/278-conselho-nacional-de-economia-solidaria-> em 25/01/2016

Estadual de Economia Popular Solidária foi criado em 2008 pela Lei Nº 13.704 e estava vinculado à Secretaria Especial de Juventude e Emprego. Com a reforma administrativa o Conselho Estadual atualmente está vinculado a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Trabalho e Qualificação, com caráter deliberativo, sendo responsável pelas proposições e diretrizes para implantação da política pública de economia solidária no Estado.

O Conselho Estadual de Economia Popular Solidária objetiva constitui um espaço de debate e formulação de políticas públicas de Pernambuco através de realização de reuniões regulares, sempre abordando temas atualizados e com representantes comprometidos no monitoramento das políticas públicas, sendo possível deliberar e integrar assuntos pertinentes à economia solidária de Pernambuco e do Brasil. Para o bom funcionamento do Conselho Estadual foram criadas câmaras setoriais que são compostas por conselheiros, com o objetivo de subsidiar a reunião do pleno com pareceres e estudos.

No entanto, não basta ter Lei instituindo o conselho nacional e estadual de economia solidária. É necessário que a participação popular aconteça na prática, pois a sociedade civil ainda não ocupa de forma adequada e efetiva esses diversos espaços de participação. O controle social precisa ser reiteradamente valorizado e incentivado, naquilo que tem de mais essencial – garantir o bom uso dos recursos públicos e a adoção de políticas governamentais afinadas com processos decisórios democráticos e transparentes -, deve servir de referência para que os próprios gestores atuem como defensores dos recursos públicos e garantidores de sua correta destinação e aplicação (NOGUEIRA, 2004: 73).

4.3 Conferência Nacional e Estadual de Economia Solidária

As Conferências de Políticas Públicas são convocadas pelo Presidente da República e contam com a participação de representantes do governo dos três níveis da federação e de representantes dos grupos sociais relacionados à área e tema da Conferência (SAYD, VIEIRA JUNIOR E VELANDIA, 1998). Seguindo estes moldes, as conferências nacionais e estaduais de economia solidária são convocadas pelo Governo Federal e o Conselho Nacional de Economia Solidária. Até o momento já aconteceram três conferências nacionais, sendo que a etapa estadual é uma preparação para nacional. A

conferência é um momento onde são verificadas as políticas públicas. Sua periodicidade é determinada pela organização nacional.

Neste contexto, em Pernambuco a I Conferência Estadual de Economia Solidária foi realizada em junho de 2006, organizada pelo governo do Estado por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania com o apoio do Projeto Renascer, tendo como tema “Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento”. Houve uma ampla participação das entidades de assessoria e empreendimentos de economia solidária de Pernambuco, tendo início assim a mobilização para que o governo institucionalizasse a política pública de fomento a economia solidária, além de troca de experiências entre os empreendimentos e produção teórica dos especialistas.

A II Conferência Estadual de Economia Popular e Solidária de Pernambuco aconteceu durante os meses de março e abril de 2010 com o tema “Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável”. O Conselho Estadual de Economia Popular Solidária, em parceria com a Secretaria Especial de Juventude e Emprego de Pernambuco, promoveu a realização dos debates regionais sobre economia popular solidária no Estado, através da realização de seis Conferências Regionais, correspondendo a uma área de abrangência representada por mais de 150 municípios pernambucanos, num processo de escuta à sociedade nos principais pólos socioeconômicos do nosso Estado.

A III Conferência de Economia Solidária foi realizada pela Secretaria de Trabalho, Qualificação e Emprego junto ao Fórum Estadual de Economia Solidária e ao Conselho Estadual de Economia Popular Solidária de Pernambuco. A etapa estadual da III Conferência de Economia Solidária teve como temática a “Construção do Plano Nacional da Economia Solidária” para promover direito de produzir e viver de forma associada e sustentável. O evento aconteceu no mês de julho de 2014 e abordou o contexto político, econômico, social e ambiental das regiões para construir os objetivos do plano nacional de políticas públicas de Economia Solidária.

As três conferências estaduais de economia solidária realizadas em Pernambuco elegeram delegados para as etapas das conferências nacionais. A delegação pernambucana composta por educadores, produtores da agricultura familiar e do artesanato, jovens, gestores públicos e representantes de entidades de assessoria,

participaram assiduamente das discussões, votações e deliberações da política nacional de economia solidária.

Estas três conferências nacionais e estaduais de economia solidária proporcionaram troca de experiência, formação de lideranças, articulação e associação política, contribuindo para consolidação e aperfeiçoamento de uma política pública de economia solidária.

4.4 Orçamento Estadual da Política Pública de Economia Solidária

Segundo Salvador (2010), o orçamento público é um espaço de luta política onde as diferentes forças da sociedade buscam inserir seus interesses. No âmbito da sua competência e no exercício da sua autonomia política, administrativa e financeira, o Estado busca meios para atender às demandas sociais, por isso todo governo constrói anualmente um orçamento público. Depois de ampla negociação, ele se transforma num conjunto de documentos legais em que os governos deixam claro como pretendem gastar os recursos arrecadados com os impostos, contribuições sociais e outras fontes de receita.

No plano plurianual do Estado de Pernambuco ficou clara a visão governamental sobre a temática, pois houve menção do papel da agricultura de base familiar e a economia solidária, conforme verificado:

A agricultura familiar baseada, em parte, na economia popular e solidária, inclui um conjunto de atividades organizadas e realizadas por trabalhadores sob a forma de autogestão ou diversas formas associativas. Em Pernambuco existem cerca de 600 associações, 327 grupos informais, 69 cooperativas que atuam na área da economia solidária. Deste conjunto valem os exemplos da atuação de cooperativas de artesãos, de confecções e de pesca. No entanto, considera-se que a agricultura de base familiar, se bem organizada e com os devidos apoios em termos de assistência técnica, comercialização e financiamento, pode ser uma atividade que além de propiciar um grande número de ocupações e geração de renda, atue como uma peça chave na possibilidade de um maior grau de fixação da população rural (PLANO PLURIANUAL 2008-2011).

Entretanto, para efetivação de uma política são necessários fundos públicos e o plano plurianual 2008-2011 fez uma previsão de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil). A Lei Orçamentária Anual 2012-2014 ao mencionar a economia solidária trata dos seguintes aspectos:

Pretende-se promover serviços de assessoria técnica continuada para fortalecer a construção do conhecimento agroecológico (organização, produção, comercialização), formação de bancos de sementes, locais e ampliação da autonomia das famílias agricultoras quanto à manutenção do patrimônio genético, viabilizando a aquisição e distribuição destas sementes pelo Estado.

Também instigar a cultura de estocagem (água, alimento e forragem), através de campanhas de sensibilização, capacitação e apoio na implantação de infraestrutura de armazenamento e beneficiamento. De igual modo, contribuir para a geração de renda das famílias agricultoras, apoiando os mecanismos locais de comercialização e de economia solidária, garantindo acesso ao mercado para os produtos da agricultura familiar agroecológica (feiras agroecológicas, pontos de vendas permanentes, merenda escolar) (LOAs 2012-2014).

Com relação aos recursos previstos para a política de fomento a economia solidária não foi possível localizar no plano plurianual de 2011 a 2015, pois houve modificação na metodologia do instrumento em relação ao anterior. Neste caso verificamos a disponibilidade orçamentária para economia solidária na Lei Orçamentária Anual – LOA, que é onde o governo define as prioridades contidas no plano plurianual.

Percebe-se uma discrepância na previsão orçamentária entre os anos. Em 2012 houve uma previsão de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), enquanto em 2013 a previsão é de um pouco mais de R\$ 1.207.400,00 (um milhão duzentos e sete mil e quatrocentos reais) e em 2014 cerca de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais).

Ao comparar o orçamento da Gerência de Economia Solidária de Pernambuco, o plano plurianual 2007-2011 e a lei orçamentária anual 2012-2014, nota-se que o segundo apresentou um orçamento superior, destacando assim que o governo estadual se propõe ampliar os espaços da política pública de economia solidária. Esse fato está ligado à mobilização de recurso junto a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES.

Entretanto, a política estadual enfrentou dificuldade de execução em razão dos poucos recursos disponibilizados nos últimos anos, comprometendo os objetivos da política de fomento à economia solidária conforme preconiza o Art. 3º da Lei Nº 12.823. Esses objetivos exigem uma estratégia de ação bem definida do Estado para sua efetivação, e neste caso, o que foi previsto enquanto orçamento é insuficiente para sua concretização. Além do que, nem sempre o que está previsto é garantido/executado, sendo muitas vezes remanejados para outras ações. Portanto, o monitoramento por parte dos interessados pela execução da política pública de economia solidária é essencial.

4.5 Promoção de Ações Integradas de Economia Solidária em Pernambuco

Em 2011 houve articulação para construção do projeto de Pernambuco para a chamada pública da SENAES. Foram realizadas três reuniões com as câmaras temáticas de formação e assistência técnica, comercialização e finanças solidárias, composta por 12 representantes do Conselho Estadual de Economia Popular e Solidária. O projeto Promoção de Ações Integradas de Economia Solidária em Pernambuco tem orçamento previsto em R\$ 1.925.340,00 (um milhão novecentos e vinte cinco mil e trezentos e quarenta reais). O projeto foi aprovado, criando expectativa para que a sua implantação e os resultados possam apontar caminhos para efetivação de uma política pública integrada de economia solidária em Pernambuco.

O projeto prevê a identificação, seleção e capacitação de 10 agentes comunitários de desenvolvimento solidário para atuarem na sensibilização, articulação dos territórios, na perspectiva de elaboração do diagnóstico e elaboração e/ou aprimoramento do plano de desenvolvimento local.

A escolha dos territórios, alvo de atuação do projeto, seguiu os critérios relacionados à abordagem territorial do desenvolvimento, compreendendo não só a definição do espaço físico geográfico, como também as afinidades sócio-culturais que apontam, entre outras coisas, coesão social, cultural e territorial. Outro critério adotado para seleção dos territórios esteve relacionado aos possíveis parceiros existentes, tanto na esfera pública como privada, como também a existência de infraestrutura física as quais possam ser utilizadas como espaços multifuncionais para a excelência da implantação do projeto. Finalmente, o terceiro critério de escolha esteve relacionado aos empreendimentos solidários existentes em cada território previamente analisado. O foco de atuação do projeto será os empreendimentos econômicos solidários existentes, pertencentes a comunidades de baixa renda.

Segundo a Gerência Estadual de Economia Solidária de Pernambuco, cumprindo todos os critérios de escolha acima mencionados, os territórios selecionados para implantação do projeto foram o bairro de Santo Amaro em Recife e a Microrregião da Mata Norte, contemplando 08 municípios, a saber: Tracunhaém, Carpina, Lagoa do Carro, Feira Nova, Chã de Alegria, Paudalho, Lagoa de Itaenga e Gloria do Goitá.

O processo de construção do projeto contou com a realização de seminários nos dois territórios que seriam trabalhados. Tal iniciativa deveu-se ao fato da necessidade de realizar uma coleta de informações básicas necessárias à elaboração do projeto e para a percepção das necessidades e potencialidades locais.

4.6 Mapeamento dos Empreendimentos de Economia Solidária

O Sistema de Informações em Economia Solidária - SIES consiste em banco de dados dos empreendimentos de economia solidária de todo o Brasil. Ele é composto por informações de empreendimentos econômicos solidários e de entidades de apoio, assessoria e fomento. O primeiro mapeamento foi realizado em 2005, registrando em sua primeira etapa aproximadamente 18 mil empreendimentos. Em 2007, a base de dados foi ampliada com um mapeamento complementar, chegando-se a quase 22 mil empreendimentos em todo o Brasil. O segundo foi realizado entre 2010 e 2013 e abrangeu os empreendimentos econômicos solidários, as entidades de apoio e fomento e também políticas públicas voltadas à economia solidária.

O mapeamento identificou empreendimentos solidários em todos os estados brasileiros. Em Pernambuco foram diagnosticados/mapeados empreendimentos econômicos solidários em todos os municípios. De certo modo, isso mostra a capacidade do Estado de Pernambuco de ter iniciativas com características associativas e autogestionária nos seus diversos municípios.

O questionário foi composto por 171 questões organizadas nas seguintes seções: identificação e abrangência; características predominantes dos sócios; características gerais dos empreendimentos; tipificação e dimensionamento das atividades econômicas e situação de trabalho dos sócios; situação do trabalho dos não-sócios; investimentos, acesso a crédito e apoios; gestão do empreendimento, dimensão sociopolítica e ambiental; e apreciações subjetivas a respeito dos empreendimentos econômicos e solidários.

É importante destacar que o mapeamento foi uma amostra dos diversos empreendimentos econômicos solidários, em alguns estados em razão do comprometimento dos autores envolvidos, dos diversos apoios articulados e da disponibilidade de recursos, conseguindo mapear uma quantidade expressiva de experiências.

4.7 Aspectos dos Empreendimentos Econômicos Solidários de Pernambuco

Os empreendimentos econômicos solidários estão distribuídos por toda a unidade de federação, segundo o último mapeamento do SIES-2013, com 2.713 municípios visitados, o que representa 48% do total de municípios do país dos diversos estados da federação. Observa-se um destaque para Região Nordeste cujo seus estados se destaquem com grandes quantidades de empreendimentos atuantes, comparado aos demais estados. Pernambuco se destaca no contexto nacional, pois apresentou 1.503 empreendimentos (uma participação relativa de 7,6%), perdendo apenas para o Rio Grande do Sul com 1.696 empreendimentos (uma participação relativa de 8,6%).

Entre os elementos fundamentais que constituem um empreendimento econômico solidário estão associados à cooperação e autogestão (AZAMBUJA, 2009). No Estado de Pernambuco observou-se que a forma predominante de empreendimento é a associação, responsável por 74,7% dos empreendimentos solidários do Estado de Pernambuco (Tabela 01).

Tabela 01 – Formas de empreendimentos econômicos solidários em Pernambuco-2013.

	Empreendimentos Solidários	Participação (%)
Associação	1.122	74,7
Cooperativa	67	4,5
Grupo Informal	308	20,5
Sociedade mercantil	6	0,4
Total	1.503	100,0

Fonte: SENAES/MTE – SIES 2013

A forma jurídica mais simples de organização é associação, por isso existe um número grande de empreendimentos amparado por esta forma jurídica. Os empreendimentos sentem dificuldade de formalizar-se em razão da baixa escolarização dos seus membros e da ausência de assessoria técnica, e neste caso recorrem a procedimentos menos complexos.

Na associação, o comprometimento dos sócios com o empreendimento é fundamental, mas embora seja desejável que os participantes sejam sócios, isso não impedem que seja

feita contratações de pessoal de acordo com a necessidade, tendo por base a legislação trabalhista.

Tabela 02 – Número de sócio por gênero em Pernambuco- 2013.

Pernambuco				
	Sócios	%	Não-sócios	%
Homens	48.424	51,6	450	36,3
Mulheres	45.417	48,4	788	63,7
Total	93.841	100,0	1.238	100,0

Fonte: SENAES/MTE – SIES 2013

A participação dos homens, que são sócios dos empreendimentos econômicos solidários em Pernambuco, é 51,6%. Enquanto os não sócios que participam dos empreendimentos a predominância são de mulheres em Pernambuco, chegando à casa dos 63% cada (Tabela 02).

A desigualdade de gênero no mercado de trabalho é um tema já bastante conhecido da Sociologia do Trabalho. Os dados apontam a figura da mulher trabalhadora como uma mão de obra secundária. Harvey (1992) analisa a situação das mulheres mostrando que, as novas estruturas de mercado de trabalho facilitam muito a exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações de tempo parcial, substituindo trabalhadores homens melhor remunerados e mais difíceis de serem admitidos, pelo trabalho feminino mal pago.

O reconhecimento pelo Estado da necessidade de superar as desigualdades de gênero nas suas ações voltadas para o combate à pobreza e para a melhoria das condições de vida da população exige a incorporação das demandas das mulheres nas políticas públicas. Portanto, uma adequação da ação governamental, no sentido de considerar o fato de que homens e mulheres apresentam, concretamente, condições e demandas diferentes quando acrescidas as condições de classe e raça em que estejam inseridos (SANTOS, 2005).

Em Pernambuco, em discordância com o cenário nacional, ocorre uma predominância de sócios dos empreendimentos econômicos solidários (70,9%) que são beneficiários de programa de transferência de renda ou benefícios da assistência social (Tabela 03).

Tabela 03 – Predominância de sócios beneficiários de programa de transferência de renda ou benefícios da assistência social no Brasil e em Pernambuco - 2013.

	Brasil		Pernambuco	
	Empreendimentos Solidários	Participação %	Empreendimentos Solidários	Participação %
Sim	9.859	50,0	1.065	70,9
Não	9.849	50,0	438	29,1
Total	19.708	100,0	1.503	100,0

Fonte: SENAES/MTE – SIES 2013

A razão de termos mais beneficiários de transferência de renda em Pernambuco ou inseridos em programas de benefícios assistenciais com percentual em relação ao universo pesquisado no Brasil, é porque o estado de Pernambuco está situado na região Nordeste, região onde há predominância dos indicadores de pobreza e conseqüentemente um maior número de habitantes inseridos em programas de transferências de renda.

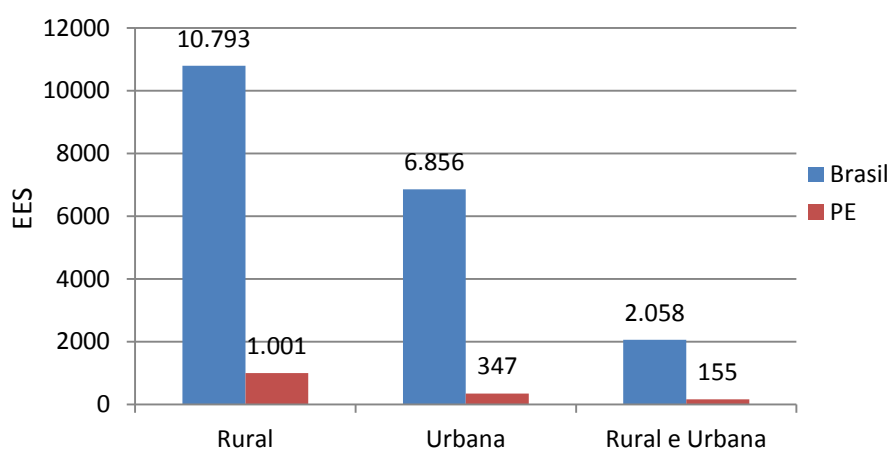
A pobreza em Pernambuco tem haver com as condições de sobrevivência da sua população quanto ao acesso à água potável, rede de esgoto, escolarização, sistema de saúde, oportunidade de trabalho, qualidade da alimentação, além da concentração de renda.

Os empreendimentos econômicos solidários em Pernambuco têm predominância dos jovens entre 15 a 29 anos com 7,2%. Os idosos representam 2,7%, contudo a concentração maior dos sócios está na condição de adultos, 87,5%.

Cada vez é mais comum os jovens brasileiros tentar reforçar a renda familiar, entretanto, os dados acima mostram pouca participação deste seguimento populacional em atividades produtivas com os princípios do associativismo e do cooperativismo. Segundo o IBGE, em julho de 2015 a taxa de desocupação de jovens de 18 a 24 anos é de 18,5% da população. Os jovens são incentivados a procurar o sistema formal de emprego pela família, escola e a sociedade. É importante que o sistema de ensino possa trabalhar a capacidade empreendedora desta parcela da população, abordando aspectos do associativismo e do cooperativismo.

Os empreendimentos econômicos solidários em Pernambuco situam-se predominantemente no ambiente rural (Gráfico 01). Pode-se afirmar que grande parte dos empreendimentos econômicos solidários está situada como empreendimentos da agricultura familiar. Na análise de Chayanov (1974), por exemplo, o elemento central da agricultura familiar é a quantidade de trabalho disponível na família. Segundo este autor, na unidade de produção familiar camponesa, a composição e o tamanho da família determinam o montante da força de trabalho disponível para o desenvolvimento das atividades econômicas.

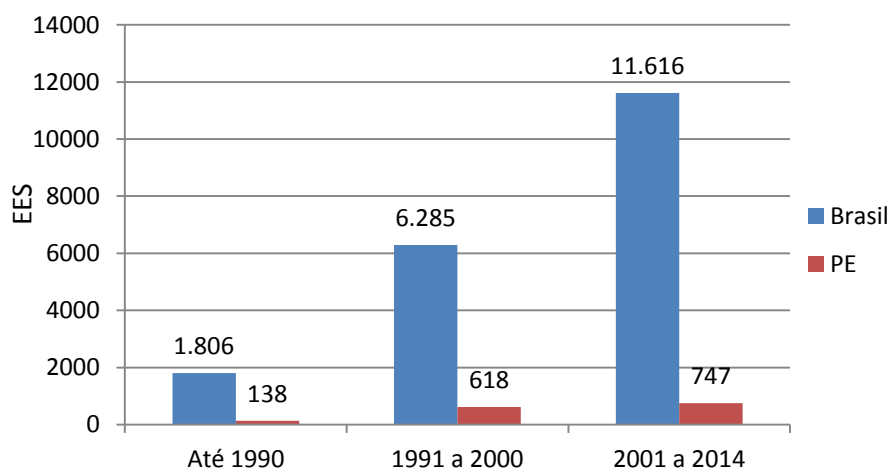
Gráfico 01 - Área de atuação dos empreendimentos no Brasil e em Pernambuco – 2013.



Fonte: SENAES/MTE – SIES 2013

A economia solidária em Pernambuco tem uma história antiga por meio dos empreendimentos existentes, que apesar de menor quantidade até a década de 1990 já atuava com os princípios do associativismo e do cooperativismo. Mesmo desenvolvendo suas atividades em outro contexto social, político e econômico, estes empreendimentos chegaram ao novo século e hoje pertencem à realidade da economia solidária. Pouco mais de 90% dos empreendimentos econômicos solidários no estado de Pernambuco tiveram suas atividades iniciadas a partir da década de 1990, período marcado ao comércio exterior, da melhoria da tecnologia na indústria e a mecanização do campo (Gráfico 02).

Gráfico 02 - Empreendimentos econômicos solidários por ano de início das atividades no Brasil e em Pernambuco – 2013.



Fonte: SENAES/MTE – SIES 2013

Com o apoio do movimento social e de governos populares a partir da década de 90, surgem à predominância de empreendimentos solidários no estado de Pernambuco. Neste período as organizações sociais e governos populares desenvolveram estratégias de apoio, realizando formação, criando programas de incubação e patrocinando atividades que permitiram dentre outras coisas aquisição de equipamentos para que os grupos se fortalecessem.

Os empreendimentos solidários estão concentrados no Sertão onde se concentra 30,3% dos empreendimentos de todo o estado, seguido da Mata, Agreste e Metropolitana, com o percentual de 26,9%, 23,4% e 19,4%, respectivamente (Tabela 04).

Tabela 04 - Distribuição dos empreendimentos econômicos solidários por região de planejamento em Pernambuco – 2013.

Região de desenvolvimento de Pernambuco				
	Frequência de empreendimentos solidários	%	% cumulativo	
Agreste Central	121	8,1	8,1	
Agreste Meridional	201	13,4	21,4	
Agreste Setentrional	29	1,9	23,4	
Mata Norte	91	6,1	29,4	
Mata Sul	313	20,8	50,2	
Metropolitana	292	19,4	69,7	

Sertão Central	76	5,1	74,7
Sertão de Itaparica	59	3,9	78,6
Sertão do Araripe	69	4,6	83,2
Sertão do São Francisco	48	3,2	86,4
Sertão do Pajeú	154	10,2	96,7
Sertão do Moxotó	50	3,3	100,0
Total	1.503	100,0	

Fonte: SENAES/MTE – SIES 2013

Os empreendimentos organizados na forma de associação ocupam a maior fração e se concentram na região da Mata Sul com 23,7%, seguido do Agreste Meridional com 16,9%. Já os que denominaram cooperativas, grupo informal e sociedade mercantil, a concentração fica na região Metropolitana com os seguintes percentual cada: 28,4%, 52,3% e 100%, respectivamente (Tabela 05).

Tabela 05 - Distribuição dos empreendimentos econômicos solidários por região de planejamento segundo a forma de atuação em Pernambuco - 2013.

Forma de organização por região de desenvolvimento de Pernambuco									
	Associação		Cooperativa		Grupo informal		Sociedade mercantil		Total
	EES⁴	%	EES	%	EES	%	EES	%	
Agreste Central	83	7,4	9	13,4	29	9,4	0	0,0	121
Agreste Meridional	190	16,9	1	1,5	10	3,2	0	0,0	201
Agreste Setentrional	16	1,4	3	4,5	10	3,2	0	0,0	29
Mata Norte	65	5,8	9	13,4	17	5,5	0	0,0	91
Mata Sul	266	23,7	6	9,0	41	13,3	0	0,0	313
Metropolitana	106	9,4	19	28,4	161	52,3	6	100,0	292
Sertão Central	62	5,5	1	1,5	13	4,2	0	0,0	76
Sertão de Itaparica	55	4,9	4	6,0	0	0,0	0	0,0	59
Sertão do Araripe	62	5,5	1	1,5	6	1,9	0	0,0	69
Sertão do São Francisco	43	3,8	3	4,5	2	0,6	0	0,0	48
Sertão do Pajeú	128	11,4	9	13,4	17	5,5	0	0,0	154
Sertão do Moxotó	46	4,1	2	3,0	2	0,6	0	0,0	50
Total	1.122	100,0	67	100,0	308	100,0	6	100,0	1.503

Fonte: SENAES/MTE – SIES 2013

⁴ Empreendimentos Econômicos Solidários

Quanto à forma de organização dos empreendimentos econômicos solidários, os que denominaram associação, a predominância encontra-se na Mata Sul com 23% seguido do Agreste Meridional com 19,6%. Já os que autodenominaram cooperativas, a concentração maior está na região metropolitana com 28,4% seguido da Mata Norte com 19,4%. Os grupos informais que são aqueles que produzem e comercializam mais não estão registrados formalmente, estão localizados predominantemente na Região Metropolitana com 52,0%. Esta região também tem 100% dos empreendimentos econômicos solidários que autodenominaram sociedades mercantis.

As iniciativas de economia solidária atingem aqueles que estão excluídos ou em vias de exclusão do mercado formal de trabalho e, também, pessoas historicamente excluídas pertencentes às classes populares, que buscam alternativas para geração de renda (AZAMBUJA, 2009). Em Pernambuco os empreendimentos surgem para produzir e comercializar, sendo que estas duas atividades representam 72,6% dos empreendimentos econômicos solidários. Os demais percentuais, “uso de infraestrutura, aquisição de matéria-prima e insumos, consumo, prestação do serviço ou trabalho a terceiros”, abarcam 21,2% das atividades desenvolvidas (Tabela 6).

Tabela 06 - Atividades desenvolvidas por empreendimentos econômicos solidários em Pernambuco – 2013.

Atividade	Frequência	%
Produção	1.251	41,8
Comercialização ou organização da comercialização – venda	923	30,8
Uso de infra-estrutura (prédios, armazéns, sedes, lojas casas, fundo de pasto, etc.)	185	6,2
Aquisição (compra ou coleta) de matéria-prima e insumos	165	5,5
Consumo	153	5,1
Prestação do serviço ou trabalho a terceiros	133	4,4
Obtenção de clientes ou serviços para os (as) sócios (as)	87	2,9
Troca de produtos ou serviços	47	1,6
Poupança, crédito ou finanças solidárias	34	1,1
Outra	16	0,5
Total	2.994	100,0

Fonte: SENAES/MTE – SIES 2013

A abrangência do mercado consumidor em Pernambuco dos empreendimentos econômicos solidários tem atuação restrita ao comércio municipal e ao comércio local

ou comunitário, somado representa 81,5% (Tabela 07). Devido a produção em pequena escala, os empreendimentos econômicos solidários e sua formação comunitária, a abrangência territorial predominante nas vendas é municipal. Entretanto, existem 7,3% dos empreendimentos que comercializam seus produtos no âmbito estadual. Em Pernambuco, apenas 1,1% dos empreendimentos conseguem extrapolar as barreiras internacionais atuando no mercado externo. Esses poucos empreendimentos econômicos solidários devem ser melhor estudado, pois podem servir de modelo para outros empreendimentos que tenham um perfil exportador.

Tabela 07 - Abrangência territorial de vendas por mercado consumidor em Pernambuco- 2013.

Abrangência	Frequência	%
Mercado/comércio municipal	900	42,1
Mercado/comércio local ou comunitário	843	39,4
Mercado/comércio territorial ou microrregional	178	8,3
Mercado/comércio estadual	156	7,3
Mercado/comércio nacional	38	1,8
Mercado/comércio externo (exportação)	23	1,1
Total	2.138	100,0

Fonte: SENAES/MTE – SIES 2013

A maior parte dos empreendimentos econômicos solidários de Pernambuco é de pequenos agricultores e artesões. Estes seguimentos de um modo geral estão desorganizados, não têm acesso às informações relacionadas ao mercado e não dispõem de recursos financeiros necessários para custear a comercialização da produção.

Uma forma no qual os produtores da agricultura familiar e artesões têm utilizado para enfrentar os obstáculos da comercialização e resistir às pressões daqueles que controlam algum capital financeiro, principalmente os intermediários, buscam ocupar as feiras livres dos seus municípios, garantindo a demanda da população local para suprir suas necessidades básicas de alimentação e acesso ao artesanato.

Sabendo que o espaço predominante de comercialização em Pernambuco é o comércio municipal, local ou comunitário, podemos identificar a existência de uma interação direta entre os sócios que produz e o consumidor final por meio de vendas diretas. Neste caso, 55,6% dos empreendimentos econômicos solidários declaram atuar vendendo seus

produtos de forma direta ao consumidor final. Em segundo lugar aparece à relação com atacadista, a comercialização por meio de revendedores com 32,6% (tabela 08).

Tabela 08 – Venda dos produtos dos empreendimentos econômicos solidários em Pernambuco – 2013.

Vendas		
	Quantidade	Participação%
Venda direta ao consumidor final	1.094	55,6
Venda a revendedores / atacadistas	641	32,6
Venda a órgão governamental	119	6,0
Venda para empresa (s) privada de produção	47	2,4
Venda a outros empreendimentos de economia Solidária	32	1,6
Troca com outros empreendimentos de economia Solidária	22	1,1
Outros	14	0,7
Total	1.969	100,0

Fonte: SENAES/MTE – SIES 2013

Existem vários desafios para o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários, sendo que o principal é quebrar a barreira da comercialização para além da venda direta ao consumidor. Neste caso, comercializar seus produtos para os órgãos governamentais é algo que deve ser perseguido, em razão da capacidade de compra que os governos têm para o funcionamento dos serviços públicos. Como Tauile (2001) defende, deve-se “buscar economias e ganhos de solidariedade”, a partir de eficiência coletiva obtida pela atuação conjunta e concatenada dos agentes da economia solidária. Outro desafio é criar políticas públicas que possibilite a criação de redes de comercialização entre os próprios empreendimentos desde a matéria prima até os produtos.

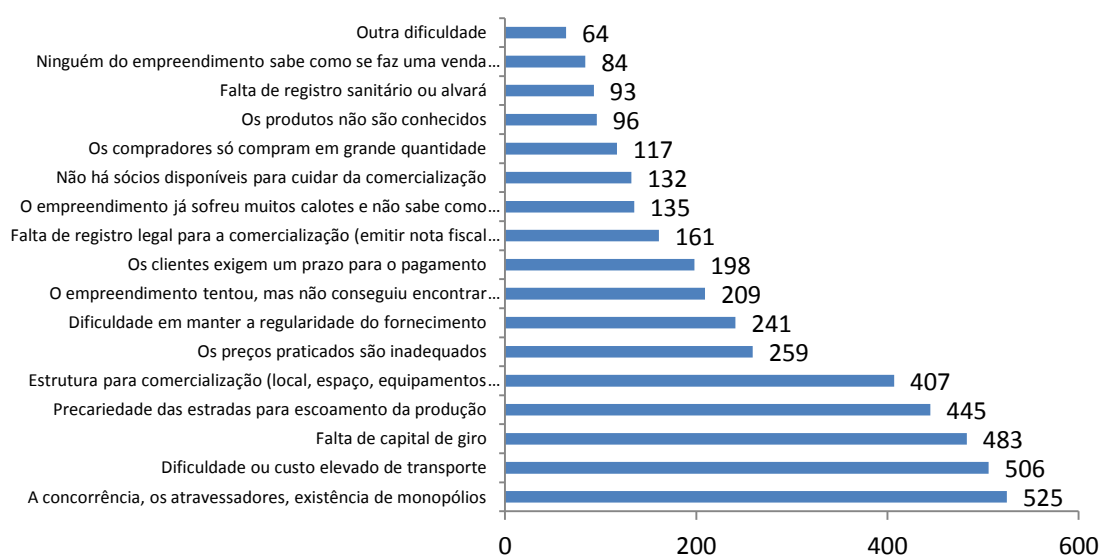
Incentivar a constituição de arranjos produtivos como meio de desenvolvimento local através da economia solidária é uma forma dos empreendimentos econômicos solidários venderem seus produtos em escala. Neste caso a economia popular solidária deve optar pelo pequeno e médio capital, e pelo cooperativismo como prioridades do modelo de desenvolvimento, mas isso não significa excluir a possibilidade de alianças econômicas com a grande empresa. A economia popular solidária não está vocacionada para ser um subsistema fechado, mas constrói-se de forma aberta, mesmo sendo organicamente integrada (LISBOA, 2000).

No Estado de Pernambuco a principal dificuldade é a comercialização dos produtos e serviços, que foi apontada por aproximadamente 60% dos empreendimentos (SENAES/MTE – SIES 2013).

A expansão da comercialização dos produtos da economia solidária depende do consumo consciente, neste caso os produtores dependem da tomada de consciência do consumidor. Embora tenhamos observados um aumento da preocupação dos consumidores com os produtos produzidos de forma ecológica, um fator que dificulta a comercialização são os preços mais elevados dos produtos da economia solidária, que na maioria das vezes são produzidos em pequenas escalas e com técnicas mais artesanais.

Das cinco principais dificuldades mencionadas pelos empreendimentos, duas têm a ver com a mobilidade ao citarem a ausência ou custos elevados de transportes e a precariedade de estradas para escoamento da produção. As demais dificuldades mencionadas são a ausência de estrutura para comercialização (local, espaços e equipamentos), além de falta de capital de giro, e a concorrência, os atravessadores e a existência de monopólios. Esse assunto é referendado por Singer (2008), que menciona que as dificuldades estão relacionadas à própria gestão, ao controle e ao direcionamento desses empreendimentos (Gráfico 03).

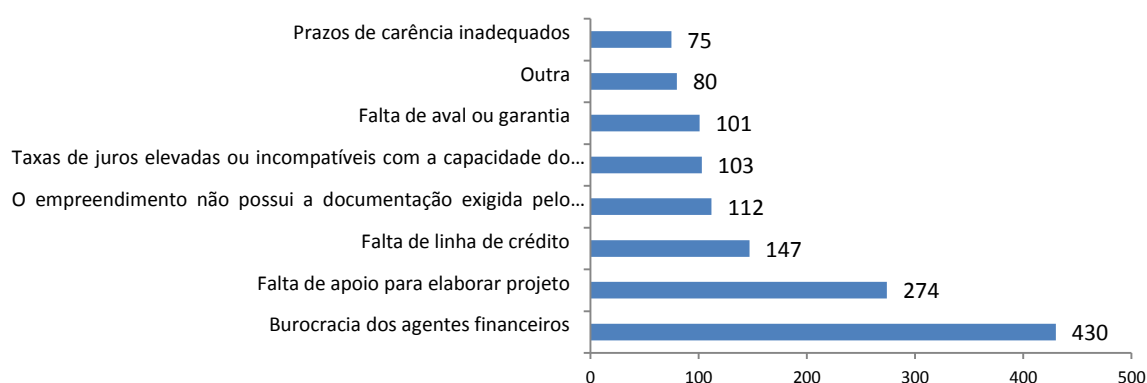
Gráfico 03 – Principais dificuldades na comercialização dos produtos em Pernambuco – 2013.



Fonte: SENAES/MTE – SIES 2013

Já com relação às dificuldades para obtenção de créditos, os empreendimentos econômicos solidários citam a burocracia dos agentes financeiros como a principal causa por 32,53%, seguido por falta de apoio para elaborar projetos, com 20,73%; falta de linha de créditos, com 11,12%; o empreendimento não possui a documentação exigida pelo agente financeiro, com 8,47%; taxas de juros elevadas ou incompatíveis com a capacidade do empreendimento, com 7,79%; falta de aval ou garantia, com 7,64%; outra, com 6,5%; e por fim, prazos de carência inadequados, com 5,67% (Gráfico 04).

Gráfico 04 - Dificuldade para obtenção de crédito em Pernambuco – 2013.



Fonte: SENAES/MTE – SIES 2013

A aquisição de créditos por meio de financiamentos é um dos grandes entraves, tanto no contexto nacional quanto estadual (Tabela 09).

Tabela 09 – Necessidade de crédito ou financiamento no Brasil e em Pernambuco – 2013.

	Brasil		Pernambuco	
	Empreendimentos Solidários	Participação %	Empreendimentos Solidários	Participação %
Sim	13.764	69,8	1.247	83,0
Não	5.944	30,2	256	17,0
Total	19.708	100,0	1.503	100,0

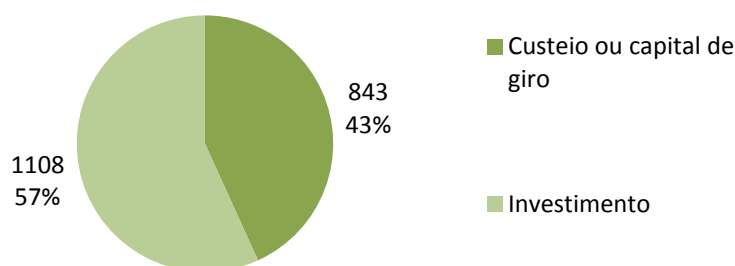
Fonte: SENAES/MTE – SIES 2013

Não existem linhas de créditos específicas para esta realidade social, faltando preparo dos sócios dos empreendimentos econômicos solidários para entender e enfrentar esta realidade, já que boa parte tem baixa escolaridade. Também há certa dificuldade em

conseguir acessar os serviços por meio dos grandes bancos. Uma alternativa possível são as cooperativas de créditos ou bancos solidários. Contudo, os empreendimentos econômicos solidários desconhecem este serviço e às cooperativas/bancos existentes não estão preparadas para atender as demandas.

A grande necessidade de crédito segundo os entrevistados é para investimentos e para custeio ou capital de giro (Gráfico 05).

Gráfico 05 – Necessidade de crédito ou financiamento aos empreendimentos solidários em Pernambuco - 2013.



Fonte: SENAES/MTE – SIES 2013

Como a maioria dos empreendimentos econômicos solidários está situada no ambiente rural, depende de créditos para aquisição de máquinas, aquisição de transporte e ferramentas de produção.

A inclusão digital ainda é um desafio que os empreendimentos precisam enfrentar para ter acesso à informação, divulgar seus produtos, ampliar a capacidade de articulação com as redes e grupos sociais que trabalham com a economia solidária. Poucos mais de 50% dos empreendimentos no Brasil e em Pernambuco não têm acesso a computador. O que se percebe é que os empreendimentos econômicos solidários na sua maioria não têm computadores nem acesso a internet para realizar as atividades administrativas, gerenciais e de marketing do seu negócio.

Os empreendimentos econômicos solidários que têm computadores e acesso a internet precisam apropriar-se do uso de software livre para não ser reféns de uma única empresa, dominar o uso da tecnologia para organizar as planilhas de controles e registro de preços. A internet e as redes sociais podem proporcionar a divulgação dos produtos e aumentar a capacidade de comercialização, além de garantir o acesso à informação

como direito. A inclusão digital é outra iniciativa que deve contribuir para melhorar a realidade político-econômico e sócio-cultural dos sócios nos empreendimentos econômicos solidários no Brasil e em Pernambuco.

Os empreendimentos econômicos solidários em Pernambuco que declararam que os equipamentos utilizados para produção e comercialização são próprios foram 77,6%, na condição de arrendados e alugados 15,7%, cedidos ou emprestados 5,1 e não se aplica 1,6%, (Tabela 10).

Tabela 10 – Condições dos equipamentos dos empreendimentos econômicos solidários em Pernambuco - 2013.

Equipamentos	Quantidade	Participação
		%
Próprios	1.169	77,6
Arrendados ou alugados	237	15,7
Cedidos ou emprestados	77	5,1
Não se aplica	24	1,6
Total	1.507	100,0

Fonte: SENAES/MTE – SIES 2013

As principais motivações para a criação dos empreendimentos econômicos solidários em Pernambuco são o desenvolvimento de uma atividade onde todos (as) são donos (as), o desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades, e uma alternativa ao desemprego, acumulando 44,2% das respostas (Tabela 11).

Ao criar e associar-se a um empreendimento econômico solidário, as pessoas buscam maneiras de suprir as carências econômicas, sociais e políticas. Os desafios é a viabilidade econômica dos empreendimentos, a geração adequada de renda aos sócios, a garantia a proteção social, a efetiva participação/autogestão e a capacidade de influenciar as políticas públicas.

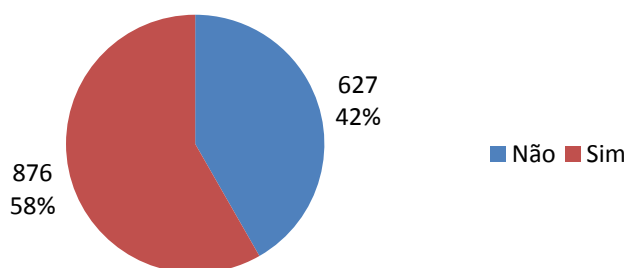
Tabela 11 – Motivação para criação de empreendimentos econômicos solidários em Pernambuco – 2013.

Motivos de criação dos empreendimentos	Frequência	%
Desenvolvimento de uma atividade onde todos (as) são donos (as)	721	16,0
Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades	641	14,3
Uma alternativa ao desemprego	623	13,9
Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios	451	10,0
Uma fonte complementar de renda para os (as) associados (as)	440	9,8
Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo	318	7,1
Possibilidade de atuação profissional em atividade econômica específica	256	5,7
Motivação social, filantrópica ou religiosa	252	5,6
Incentivo de política pública (governo)	199	4,4
Alternativa organizativa e de qualificação	157	3,5
Outro	132	2,9
Fortalecimento de grupo étnico	102	2,3
Produção ou comercialização de produtos orgânicos ou ecológicos	102	2,3
Organização econômica de beneficiários de políticas públicas	76	1,7
Recuperação de empresa privada que faliu ou em processo falimentar	28	0,6
Total	4.498	100,0

Fonte: SENAES/MTE – SIES 2013

Uma característica importante que os empreendimentos solidários precisam é a articulação política para defender seus propósitos. As redes ou fórum de articulação são espaços estratégicos para o exercício da participação. Em Pernambuco, 58% dos empreendimentos conseguem participar de alguma rede ou fórum (Gráfico 06).

Gráfico 06 - Participação em rede ou fórum de articulação em Pernambuco – 2013.



Fonte: SENAES/MTE – SIES 2013

Em Pernambuco existem vários espaços de articulações, proposições e controle das políticas públicas de economia solidária, sendo que alguns têm abrangência estadual, regional e municipal. Estes espaços contribuem para a formação dos sócios envolvidos nos empreendimentos econômicos solidários. Os fóruns, conselhos e pastorais devem proporcionar o envolvimento dos 42% dos empreendimentos econômicos solidários que declaram não participarem de redes e fóruns nas suas atividades.

Os empreendimentos econômicos solidários adquirem a matéria prima ou insumo para produção predominantemente em empresas privadas, sendo no Brasil 46,2% e em Pernambuco 42,8%. Uma parcela significativa adquire os insumos entre os próprios sócios, e esta opção corresponde a 28,3% no Brasil e 27,6% (Tabela 12).

Tabela 12 – Origem da matéria-prima ou do insumo dos empreendimentos solidários no Brasil e Pernambuco- 2013.

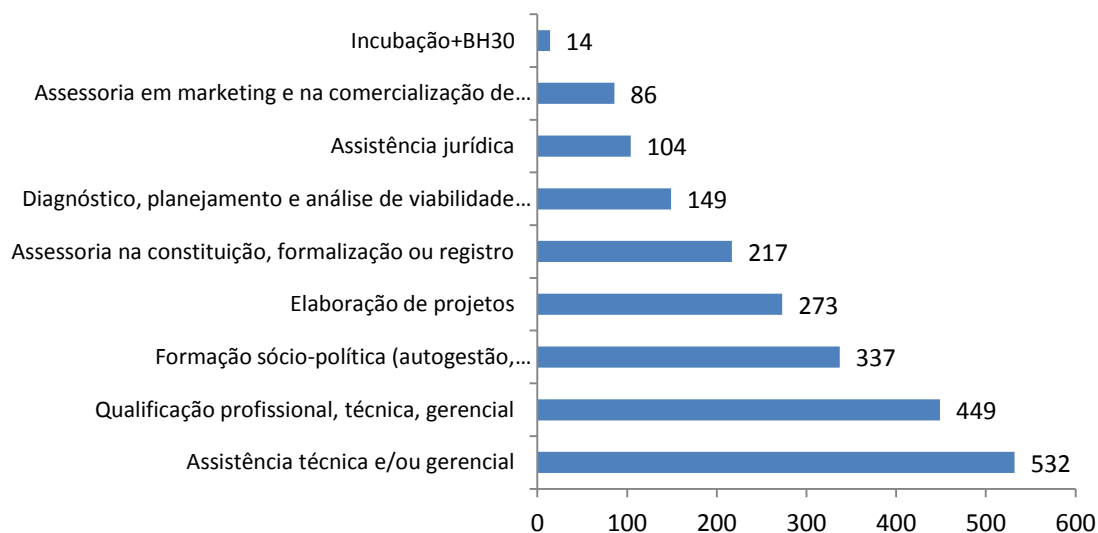
	Brasil		Pernambuco	
	Quantidade	Participação %	Quantidade	Participação %
Empreendimentos de Economia Solidária	1.034	6,2	33	1,5
Empresa Privada	7.686	46,2	918	42,8
Próprios associados (as)	4.714	28,3	591	27,6
Produtores (as) não-sócios	1.772	10,7	383	17,9
Instituições filantrópicas ou instituições não-mercantis	454	2,7	25	1,2
Órgãos Públicos	976	5,9	195	9,1
Total	16.636	100,0	2.145	100,0

Fonte: SENAES/MTE – SIES 2013

Podemos considerar que, mesmo estando à matéria prima na categoria de insumo, nem tudo que seja insumo é uma matéria prima. A matéria prima é a base ou um conjunto de materiais necessários para criar um produto. Os insumos, além de ser considerada matéria-prima, também podem ser utilizados no processo de fabricação sem serem categorizados como tal.

Em Pernambuco os empreendimentos econômicos solidários recebem apoios diversos, e os três mais citados são: assistência técnica ou gerencial, qualificação profissional técnica e gerencial, e formação sócio-política (Gráfico 07).

Gráfico 07– Tipo de apoio realizado pela assessoria, assistência ou capacitação ao empreendimento em Pernambuco – 2013.



Fonte: SENAES/MTE – SIES 2013

Devido às dificuldades dos empreendimentos em acessar créditos, verificamos que os recursos para iniciar as atividades dos empreendimentos econômicos solidários são predominantemente dos próprios sócios (71,08%) em Pernambuco, conforme (Tabela 13). Isso acontece em razão da ausência de linhas de financiamentos específicos para os empreendimentos econômicos solidários, da baixa capacidade de mobilização de recursos frente aos editais de financiamentos dos governos e empresas que trabalham com responsabilidade social.

Tabela 13 – Origem dos recursos para iniciar as atividades dos empreendimentos solidários no Brasil e Pernambuco – 2013.

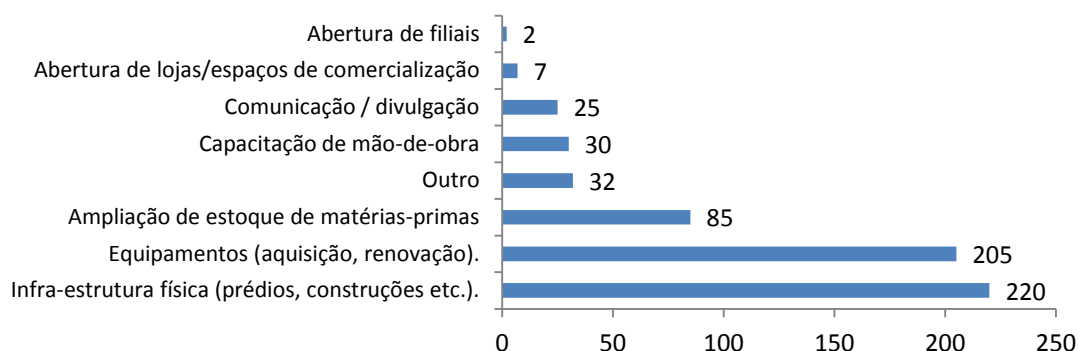
	Brasil		Pernambuco	
	Quantidade	Participação %	Quantidade	Participação %
Dos próprios sócios	14.348	56,34	1.241	71,08
Empréstimo financiamento	2.050	8,05	70	4,01
Doação dos organismos internacionais ou organizações Não-governamentais	2.421	9,51	156	8,93
Recursos públicos não-reembolsáveis	4.457	17,50	180	10,31

Doações de pessoas físicas ou empresas	1.606	6,31	83	4,75
Não se aplica	587	2,30	16	0,92
Total	25.469	100,00	1.746	100,00

Fonte: SENAES/MTE – SIES 2013

Nos últimos 12 meses houve poucos investimentos nos empreendimentos econômicos solidários, por parte dos empreendedores, onde 71% não fizeram nenhum investimento no ano de 2013. Compreende por investimento a aplicação de capital em meios de produção, visando o aumento da capacidade produtiva nas instalações, máquinas, transporte e infraestrutura. Com relação aos investimentos realizados em Pernambuco pelos empreendimentos econômicos solidários, 36,0% responderam que foram em infraestrutura física, 34,0% em equipamentos e 14% em ampliação do estoque (Gráfico 08).

Gráfico 08 – Tipo de investimento realizado pelos empreendimentos solidários em Pernambuco – 2013.



Fonte: SENAES/MTE – SIES 2013

Os empreendimentos econômicos solidários têm as seguintes instâncias de direção para realizar suas tomadas de decisões: assembleia de sócios (as) ou reunião do coletivo, coordenação/diretoria/conselho diretor, e conselho fiscal. Em todos os casos é um colegiado que discute, decide e implementa as decisões caracterizando um ambiente de autogestão (Tabela 14).

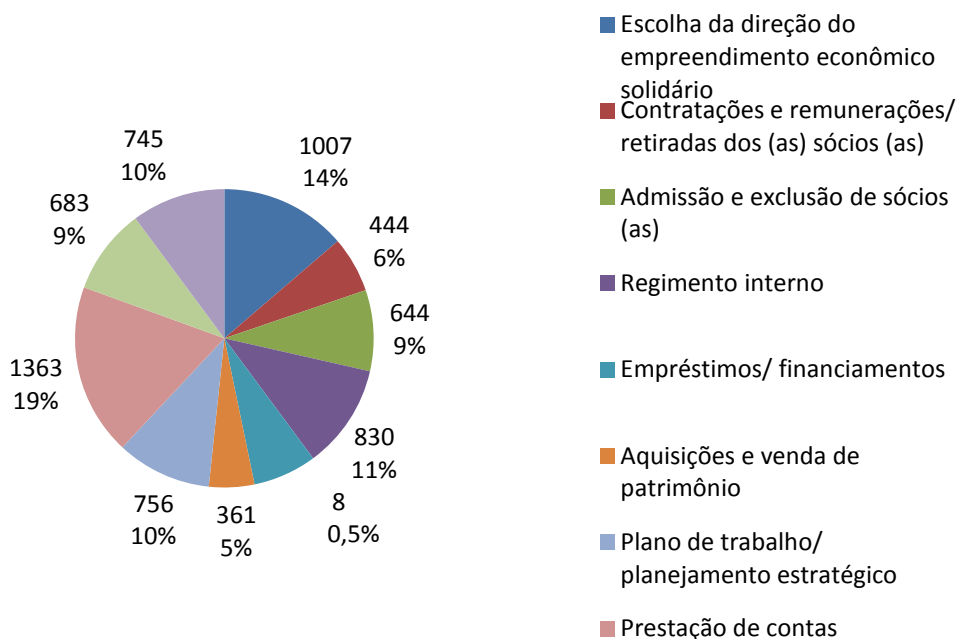
Tabela 14 – Instâncias de direção e coordenação do empreendimento no Brasil e em Pernambuco - 2013.

	Brasil		Pernambuco	
	Quantidade	Participação (%)	Quantidade	Participação (%)
Assembleia de sócios (as) ou reunião do coletivo	16.535	34,9	1.329	37,5
Coordenação/Diretoria/Conselho Diretor	11.751	24,8	927	26,2
Conselho Consultivo ou similar	1.313	2,8	35	1,0
Conselho Administrativo ou similar	2.856	6,0	133	3,8
Conselho Fiscal ou similar	9.254	19,5	867	24,5
Comissão ou Conselho de Ética	884	1,9	33	0,9
Grupos de Trabalho, Comissões ou Núcleos	4.210	8,9	184	5,2
Outra	559	1,2	32	0,9
Total	47.362	100,0	3.540	100,0

Fonte: SENAES/MTE – SIES 2013

Durante as reuniões e assembleias, 19% dos sócios dos empreendimentos solidários decidem sobre a prestação de conta, 14% fazem as escolhas da direção do empreendimento, e 11% discutem sobre o regimento interno (Gráfico 09). As reuniões dos empreendimentos econômicos solidários acontecem normalmente mensalmente.

Gráfico 09 – Processos decisórios nas assembleias gerais dos empreendimentos em Pernambuco – 2013.



Fonte: SENAES/MTE – SIES 2013

Segundo os empreendimentos econômicos solidários em Pernambuco existem outras formas de participação dos sócios, e as três mais citadas são: 26% na participação nas decisões cotidianas do empreendimento, 26% no acesso ao registro e informação do empreendimento e 21% na atividade de formação (Gráfico 10).

Gráfico 10– Outras formas de participação dos (as) sócios (as) em Pernambuco – 2013.



Fonte: SENAES/MTE – SIES 2013

Nos últimos anos diversas capacitações têm sido realizadas, principalmente sobre temáticas relativas a questões ambientais, economia solidária, autogestão e cooperativismo, e por fim, formação técnica ou profissional (Gráfico 11).

Gráfico 11 - Temas tratados nas capacitações ou campanhas em Pernambuco – 2013.



Fonte: SENAES/MTE – SIES 2013

A governança de um empreendimento econômico solidário implica no rodízio de funções, possibilitando que em algum momento cada cooperado ou sócio contribua um pouco mais que os outros, e não ocorra domínio e dependência por parte de um pequeno grupo. Deste modo, o tempo de gestão em que o coordenador ou presidente exerce na função em Pernambuco é variável, pois 26,8% passam entre 1 e 2 anos no cargo e em 39,2% dos empreendimentos esse período é de 4 a 6 anos (Tabela 15). Essa atividade normalmente não recebe remuneração.

Tabela 15 – Tempo atual que coordenador ou presidente exerce o cargo no empreendimento no Brasil e Pernambuco – 2013.

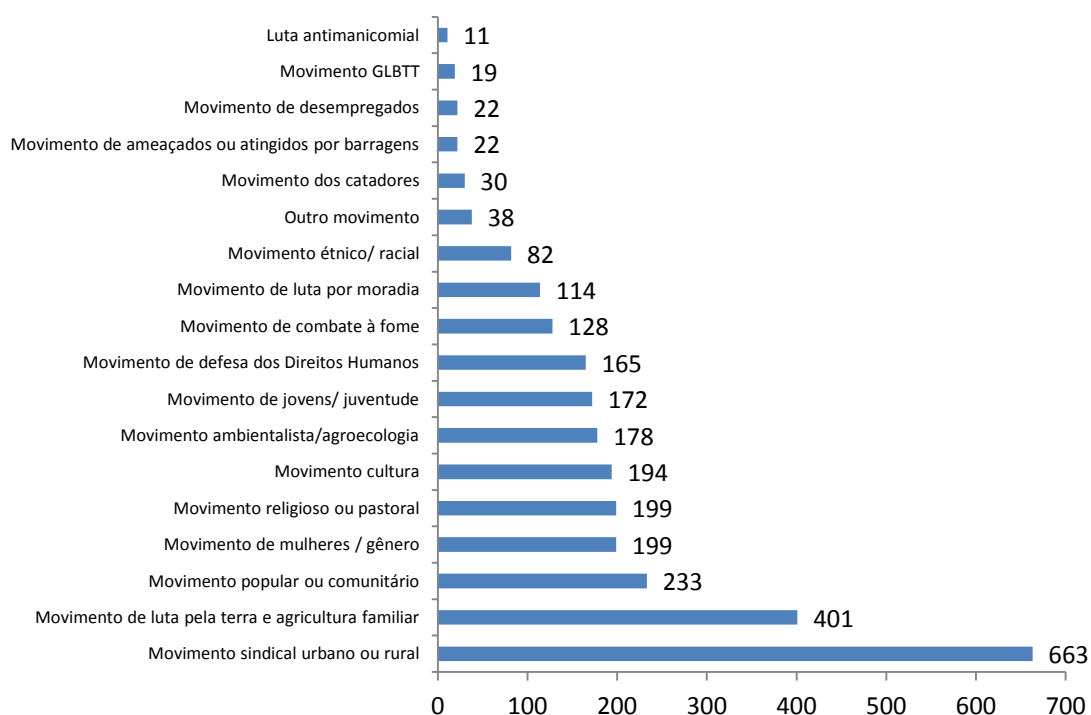
	Pernambuco	
	Empreendimentos Solidários	Participação %
Menos de um ano	170	11,3
De 1 a 2 anos	403	26,8
De 2 a 4 anos	589	39,2
De 4 a 6 anos	155	10,3
De 6 a 10 anos	75	5,0
Mais de 10 anos	72	4,8

Não se aplica	39	2,6
Total	1.503	100,0

Fonte: SENAES/MTE – SIES 2013

A articulação dos empreendimentos econômicos solidários com o movimento social é intensa, com vários movimentos, e isso possibilita ampliar a incidência e luta política deles (Gráfico 12).

Gráfico 12– Participação dos empreendimentos solidários no movimento social em Pernambuco - 2013.



Fonte: SENAES/MTE – SIES 2013

Ao tabular e analisar os dados do Sistema de Informações em Economia Solidária referente aos aspectos dos empreendimentos econômicos solidários de Pernambuco percebe-se que houve um crescimento acelerado dos empreendimentos econômicos solidários nas últimas décadas, que os mesmos são em sua maioria grupos informais principalmente devido às exigências legais para a formação de cooperativas (dificuldades de obtenção de crédito, comercialização e produção). Ressalta-se que os mesmos representam um potencial na geração de trabalho e renda e na melhora das condições de vida de inúmeras pessoas, desempregados ou que trabalham em condições desumanas. Embora a pesquisa realizada não seja um censo dos empreendimentos

econômicos solidários de Pernambuco, pode-se afirmar que é o principal levantamento de informações realizado nos últimos anos, oferecendo um conjunto de entendimento sobre a realidade da economia solidária no estado de Pernambuco.

5. ANÁLISE DO PROJETO PROMOÇÃO DE AÇÕES INTEGRADAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE PERNAMBUCO – INTEGRA

Nos últimos anos as ciências têm garantido destaque para a análise de políticas públicas, assim como das instituições, regras e modelos que regem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação. As políticas econômicas e sociais ganharam mais visibilidade principalmente nos países em desenvolvimento, dado a capacidade de modificar as vidas das pessoas.

Existem várias formas de definir o que é política pública: Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. Este autor apresenta inclusive modelos conceituais para análise de políticas públicas denominados: institucional, de processo, de elite, racional, incremental, da teoria dos jogos, da opção pública e sistêmica. Se os processos e os comportamentos políticos têm absorvido a atenção central da ciência política por várias décadas, os modelos pretendem simplificar e elucidar as ideias sobre as políticas públicas. A definição mais conhecida é a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz.

Portanto, refletir sobre uma política pública tendo marco teórico e conceitual, exige uma análise interdisciplinar, e é neste sentido que a teoria geral das políticas públicas envolve e sistematiza outras teorias do campo da sociologia, da ciência política e da economia.

Se as políticas públicas repercutem na economia e sociedade, o estudo do Projeto Promoção de Ações Integradas de Economia Solidária de Pernambuco – INTEGRA contribuem para entender como o Estado está preocupado para enfrentar os desafios econômicos e sociais da atualidade e proporcionar aos empreendimentos econômicos solidários oportunidade para produzirem e comercializarem seus produtos.

O Projeto Promoção de Ações Integradas de Economia Solidária de Pernambuco – INTEGRA é parte de um convênio firmado entre o Governo Federal por meio do Ministério do Trabalho e Emprego e a Secretaria Estadual de Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo do estado de Pernambuco. Teve seu início em fevereiro de 2012. As atividades acontecem no Bairro de Santo Amaro e em oito municípios da região da mata norte, sendo eles: Chã de Alegria, Glória do Goitá, Tracunhaém, Paudalho, Carpina, Lagoa do Carro, Lagoa de Itaenga e Feira Nova, sendo este último situado no agreste, mas com identidade muito semelhante aos demais quanto à organização produtiva e social, motivo pelo qual a secretaria acatou a solicitação da prefeitura e de organizações sociais envolvidas com a elaboração do projeto. A execução do Projeto Integra foi dividido em quatro eixos inter-relacionados, sendo eles:

Organização Sócio Comunitária – Composto pela seleção, contratação e capacitação de 10 agentes comunitários de desenvolvimento solidário para atuação na sensibilização, mobilização, organização de demandas e assessoramento sistemático às comunidades e empreendimentos econômicos solidários; elaboração de dois diagnósticos participativos das potencialidades socioeconômicas dos empreendimentos; realização de avaliação de impactos e elaboração do plano de desenvolvimentos local para o Bairro de Santo Amaro e para os oito municípios do Território da Mata Norte.

Formação e Assessoria Técnica – Composto pela realização de Programa Integrado de formação continuada para 280 beneficiários de oito municípios do território na Mata Norte e 131 beneficiários em Santo Amaro; contratação técnica de uma equipe multidisciplinar; desenvolvimento do Programa de incubação para quatro empreendimentos na microrregião da Mata Norte; contratação de assessoria técnica em agroecologia e agricultura familiar para os empreendimentos da Mata Norte.

Investimentos em Finanças Solidárias – Apoio ao desenvolvimento da gestão de um fundo solidário no território da microrregião da Mata Norte e instalação de um banco solidário no Bairro de Santo Amaro, com moeda social própria.

Organização da Comercialização Solidária – Apoio às ações de organização de comercialização solidária por meio do incentivo a oito feiras itinerantes de economia solidária e agricultura familiar; realização de dois eventos culturais para potencializar o espaço de comercialização existente no município de Lagoa de Itaenga, espaço multifuncional da economia solidária na Mata Norte.

As ações do Projeto Integra visavam o fortalecimento direto de 40 empreendimentos solidários na Mata Norte e 10 empreendimentos em Santo Amaro. O Projeto Integra se constituía em processos de formação que se multiplicam nos territórios por meio das ações dos agentes comunitários de desenvolvimento solidário e da replicação dos conhecimentos socializados nas capacitações e formações previstas para os beneficiários, gerando um capital social capacitado e atuante nos dois territórios.

A região de desenvolvimento da Mata Norte é constituída por 19 municípios: Aliança, Buenos Aires, Camutanga, Carpina, Chã de Alegria, Condado, Ferreiros, Glória do Goitá, Goiana, Itambé, Itaquitinga, Lagoa do Carro, Lagoa de Itaenga, Macaparana, Nazaré da Mata, Paudalho, Timbaúda, Tracunhaém, Vicência, ocupando uma área de 3.242,940 km², tendo uma população de 577.191 (quinhentos e setenta e sete mil e cento e noventa e um) habitantes, segundo informação do IBGE. Estes têm semelhança no que se referem à carência de infra-estrutura, exportação de matéria prima e importação de produtos manufaturados e de baixos níveis de renda. Esta região é marcada por grandes desigualdades sociais, percebidas nas condições de renda da população (Tabela 16).

Tabela 16 – Índice de Desenvolvimento Humano - Brasil, Pernambuco e Municípios do Integra - 1991/2010.

IDH	1991	2000	2010
Brasil	0,493	0,612	0,727
Pernambuco	0,440	0,544	0,673
Carpina	0,448	0,562	0,680
Chã de Alegria	0,312	0,447	0,604
Feira Nova	0,305	0,437	0,600
Glória do Goitá	0,334	0,437	0,604
Lagoa de Itaenga	0,317	0,413	0,602
Lagoa do Carro	0,308	0,493	0,609
Paudalho	0,357	0,471	0,639
Tracunhaém	0,336	0,444	0,605

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

Ao situar o posicionamento do Brasil, que de acordo com dados de 2012 tem o IDH 0,727 (85º entre 187 países), o IDH do Brasil é considerado de alto desenvolvimento humano, pois nas últimas décadas houve avanços importantes no país nas dimensões

econômicas e sociais. A expectativa de vida em nosso país também tem aumentado, colaborando para a melhoria do índice nos últimos anos.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos municípios que fazem parte do Projeto Integra estão situados na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). Os indicadores estão abaixo da média nacional e estadual, com exceção ao município de Carpina que apresenta indicadores melhores em relação ao estado de Pernambuco. O que diferencia o município de Carpina/PE aos demais do Projeto Integra, segundo o IDHM, são os dados de Longevidade, com índice de 0,806, seguida de Renda, com índice de 0,630, e de Educação, com índice de 0,619.

Dois fatores contribuem negativamente para que o índice de desenvolvimento destes municípios esteja nestes patamares, e tanto o primeiro quanto o segundo tem a ver com a sazonalidade da cana de açúcar, que durante metade do ano deixa boa parte da população sem perspectiva de trabalho e renda; e a alta evasão escolar que no período do corte da cana de açúcar tiram os jovens e adultos da sala de aula para as atividades relacionadas à sua produção e seus derivados.

Para se contrapor a esta situação, os empreendimentos econômicos solidários desta região buscam desenvolver atividades voltadas para o artesanato e agricultura familiar. No que se referem ao escoamento da produção artesanal, os produtores encontram dificuldades para o transporte de seu artesanato. Desta forma, as exposições e feiras surgem como oportunidade de geração de renda, pois são a partir destes eventos que os empreendimentos econômicos solidários realizam novos contatos, divulgam e comercializam seus produtos.

As ações do Projeto Integra também estariam sendo realizadas no Bairro de Santo Amaro que está localizado no centro do Recife a cerca de 2 km do marco zero, considerado um dos mais importantes bairros da cidade por conta de sua história, pois foi um dos primeiros locais ocupados no Recife e que concentra e mantém muitos aspectos da cultura da região. Apesar de ser um bairro central, conta com grande espaço destinado a moradia, com cerca de 30 mil habitantes e mais de oito mil residências. No bairro existem duas Zonas de Especial Interesse Social – ZEIS, a de Santo Amaro e a de João de Barro.

A economia no Território de Santo Amaro é intensa. Lá está situado o maior shopping da Zona Norte de Recife; hospitais de referência como o do câncer e a maior emergência cardiológica do estado; de parte significativa da Universidade Estadual, inclusive sua reitoria; diversas repartições públicas estaduais e federais como a Superintendência Regional do Trabalho e a Vice Governadoria; e também faz fronteira com o município de Olinda, importante pólo metropolitano em termos de comércio e turismo.

Em Santo Amaro, na cidade de Recife, existe há vários anos e com diversos projetos diferentes, uma articulação entre grupos produtivos e associativos consolidados, inclusive com ações de comercialização consistentes, como é o exemplo do espaço que existe no Shopping Tacaruna, denominado Tacaruna Solidário.

Com esse entorno e cenário, a economia do bairro é composta por um contingente de trabalhadores que se envolvem em atividades informais que servem de atividade de apoio, como: ambulantes nas portas de hospitais e outros serviços públicos e privados, pequenos negócios de baixa rentabilidade e remuneração para seus donos ou funcionários, além de muitos trabalhadores de baixa instrução que ocupam postos em setores domésticos e outras ocupações ocasionais.

Uma equipe dos Agentes Comunitários de Desenvolvimento Solidário foi composta por 10 agentes e o coordenador, atuando nas diversas etapas: capacitação, coleta de dados, sensibilização, mobilização, monitoramento e apoio aos empreendimentos econômicos solidários. Coube aos Agentes Comunitários de Desenvolvimento Solidário identificar e divulgar o propósito do projeto aos empreendimentos solidários cadastrados; identificar, articular e mobilizar secretarias municipais para serem parceiras de todo o processo e ações do Projeto Integra; sensibilizar e comprometer a sociedade política e civil a participar das atividades; identificar, reconhecer e diagnosticar características sociais, ambientais, culturais, históricas e econômicas dos empreendimentos cadastrados; além de elaborar relatórios simplificados das suas atuações no território.

Para melhor potencializar o trabalho dos Agentes Comunitários de Desenvolvimento Solidário, o Projeto Integra possibilitou um processo de formação fundamentado em dois eixos. O primeiro, denominado papel estratégico define, direciona, conduz e acompanha as diretrizes propostas para um projeto de desenvolvimento de

empreendimentos solidários. Desta forma contribui com a dimensão ética do processo de desenvolvimento social, estabelecendo ações que se orientarão por parâmetros teórico-filosóficos, referentes aos direitos públicos dos cidadãos, o respeito à natureza e ao homem (ecologia humana), e ao direito a uma vida justa e sustentável para todos e construção de coletivos em atitudes e construção solidária. O segundo eixo, denominado de papel pedagógico atua na capacidade de construir conhecimentos e promover mudanças comportamentais de indivíduos, instituições e comunidades. Facilita o processo de assimilação de novos conteúdos e atitudes e práticas sociais, econômicas e ambientais, previstas no escopo do desenvolvimento local e sustentável e nos princípios da economia solidária.

Ambas são, por assim dizer, elementos complementares e estão sistematicamente interligadas dentro do contexto da utilização de metodologias participativas, com enfoque no desenvolvimento territorial sustentável que trata os agentes como multiplicador de um processo de valorização do saber local.

Através do contato direto com os empreendimentos econômicos solidários, os Agentes Comunitários de Desenvolvimento Solidário buscaram informações mais qualificadas e direcionadas às necessidades de conhecimento para construção do diagnóstico dos empreendimentos identificados e cadastrados.

Ao iniciar a formação, os agentes de desenvolvimento solidário do Projeto Integra elaboram um questionário com perguntas para ser aplicado nos empreendimentos econômicos e solidários dos territórios atendidos pelo Projeto. Este processo tem por base a metodologia denominada Proposta Educacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável – PEADS. Segundo Abdalaziz de Moura:

Levar pergunta da escola para a vida de casa poderia parecer intromissão na vida particular, dependendo da forma de apresentar a ideia. Mas já representava outra ótica; a família recebendo perguntas da escola sobre a vida dela era como se a escola estivesse dizendo para a família que essa era importante para aquela, que o seu trabalho seria objeto de estudo e de valorização, que a vida do agricultor é tão importante que está ligado ao estudo, à produção do conhecimento do aluno. Era também uma forma de despertar uma curiosidade: o que a escola estava querendo com isso? Seria papel dela estar despertando interesse do aluno pela a realidade da família (MOURA, 2003).

Embora a formação dos agentes de desenvolvimento solidário não aconteça em um espaço formal da escola, à base filosófica da citação acima se aplica na realidade dos

agentes de desenvolvimento solidário do Projeto Integra, considerando que a PEADS é uma metodologia que promove o desenvolvimento de diversas competências através de ações, de sensibilizações, pesquisas, problematização, desdobramentos e intervenção capazes de transformar a realidade existente, estimulando a autonomia e o protagonismo dos sujeitos sociais da comunidade. Na prática, a PEADS no Projeto Integra se diferencia na medida em que elege o Agente de Desenvolvimento Solidário como produtor de conhecimentos sobre a realidade, em apoio aos processos de desenvolvimento em curso, os empreendimentos econômicos solidários e as lideranças capazes de modificar o seu entorno e as circunstâncias em que vive, e as instituições comunitárias como parceira pedagógica, fonte de solução e não de problemas.

O questionário desenvolvido pelos agentes de desenvolvimento é aplicado aos empreendimentos econômicos solidários. Os dados foram coletados junto aos responsáveis pelos empreendimentos. Buscou entrevistar mais que uma pessoa por empreendimento, enriquecendo os dados levantados, obtendo assim informações mais precisa sobre a situação atual não só do empreendimento estudado. Ou seja, mas da problemática geral da realidade produtiva dos grupos de artesanatos e da agricultura familiar, permitindo um aprofundamento dos pontos fortes e fracos, das potencialidades e limitações da atividade solidária, bem como o levantamento das oportunidades e ameaças relacionadas à realidade externa em que estão inseridos os empreendimentos.

De posse dos questionários aplicados iniciou o processo de tabulação e sistematização da pesquisa, e neste momento foi utilizado a Matriz de PPCS (potencialidades, problemas, causas, sugestões). A matriz permitiu a condução e construção do cenário atual dos empreendimentos e suas relações do contexto interno com o externo.

5.1 Características dos Empreendimentos

Com o diagnóstico concluído pelos agentes de desenvolvimento, outro passo foi realizado por meio da seleção dos empreendimentos econômicos solidários para o processo de formação e assessoria com foco no fortalecimento da produção e comercialização. No quadro 02 verificam-se os principais produtos produzidos pelos empreendimentos diagnosticados.

Quadro 02 – Principais produtos dos empreendimentos econômicos solidários selecionados para participar do Projeto Integra.

Município	Produtos dos Empreendimentos Econômicos Solidários
Mata Norte	
Feira Nova	<p>Artesanato: crochê, vagonite, ponto cruz, fitas de garrafa pet, bordado manual, bonecas de pano, panela de barro, tecidos, bordados e pintura.</p> <p>Agricultura: batata doce, coco verde e seco, milho verde, inhame, raiz de mandioca, laranja, limão, abóbora, acerola, feijão verde, milho, quiabo, jerimum e fava.</p>
Glória do Goitá	<p>Artesanato: bonecos de mamulengos e pintura em camisas.</p> <p>Alimentação: bolo, tapioca, cocada, empada, sorvete e salgado.</p>
Lagoa do Carro	<p>Artesanato: roupas customizadas com tapete, almofada, material para mesa, bolsas, tapetes, porta-telefone, almofadas, jogo de banheiro, caminho de mesa, peso de porta, bordado em fita e outros tipos de bordados.</p> <p>Agricultura: macaxeira, coentro e couve, alface e limão.</p>
Lagoa de Itaenga	<p>Dança folclórica: coco de roda, quadrilha junina, cavalo marinho, maracatu e o boi.</p> <p>Cooperativa: confecção.</p> <p>Agroecologia e alimentação: hortaliças, raízes, frutas, flores, animais, biscoitos e bolachas.</p> <p>Artesanato: fabricação de golas de maracatu de baque solto, fantasias e estandartes, artigos de cama, mesa e banho, bolsas de crochês, abajur, balanços infantis, artes de biscuit, roupas infantis, crochê e almofadas.</p>
Paudalho	<p>Artesanato: bonecas, pinturas e crochê.</p> <p>Agricultura: milho, feijão, batata-doce, banana, macaxeira, inhame, coco verde, acerolas e batata.</p> <p>Pesca: camarão, tilápia e traíra.</p> <p>Alimentação: bolo, banana, beneficiamento do araçá, jenipapo, cocadas e pimenta em garrafa.</p>
Tracunhaém	<p>Artesanato: vasos de jornais, tapetes, bonecas, vagonete, crochê, golas de maracatu, tapetes, produtos com pet (vassouras) e cerâmicas.</p> <p>Alimentação: bolos, doces, biscoitos e polpas de frutas.</p> <p>Agricultura: macaxeira, inhame e batata-doce.</p>
Recife	
Território	<p>Serviços: cooperativa de limpeza.</p>

de Santo Amaro	<p>Artesanato: bordados, sandálias, jogo de banho, mesas e cama, artesanato com madeira, fuxico, material reciclado, sabonete e etc.</p> <p>Alimentação: almoço e lanches.</p>
----------------	--

Fonte: Do próprio autor

A Secretaria de Micro e Pequena Empresa, Trabalho e Qualificação do Governo do Estado, órgão que faz a gestão do Projeto Integra, já realizou o pregão eletrônico com o objetivo de contratar a entidade executora da formação. A formação consiste em 950 horas, sendo um módulo denominado gestão básica, e outras denominadas capacidades específicas no artesanato e na agricultura familiar e agroecologia

O primeiro módulo criou um ambiente de aprendizado entre os participantes: fazer a introdução dos conceitos de cidadania, trabalhar os conteúdos sobre economia solidária e introduzir os instrumentos de gestão para que os empreendimentos econômicos solidários possam gestar seus negócios. O primeiro módulo é comum a todos os participantes da formação e, posteriormente, a formação vai trabalhar os aspectos das individualidades dos empreendimentos. Neste momento acontecerá uma formação para os empreendimentos que trabalham com o artesanato e outra para os que desenvolvem atividades com agricultura familiar e agroecologia.

O módulo referente à capacidade específica do artesanato e da agricultura familiar e agroecologia ainda não aconteceu. Sua carga horária deverá ser realizada em um período de quatro meses, em dias e horários a serem definidos com os beneficiários. A meta de atendimentos será de 54 (cinquenta e quatro) participantes, divididos em duas turmas. A seguir apresentaremos o módulo de formação que buscará atender os empreendimentos da agricultura familiar.

Dentre os empreendimentos, participantes do módulo de formação de artesanato e Agricultura Familiar e Agroecologia serão selecionados pelo Projeto Integra. Dezesesseis empreendimentos que receberão, no período de seis meses, assessoria técnica, através de uma visita semanal de acompanhamento. Esta assessoria será oferecida durante os quatro meses do curso de formação e dois meses após o curso, perfazendo uma carga horária total de 1.226 (um mil, duzentos e vinte e seis) horas, visando estimular a produção do artesanato e da prática da agricultura orgânica nos empreendimentos de

agricultura familiar existentes na região, potencializando a culinária regional, turismo rural e agregação de valor na agricultura familiar.

Desta forma busca-se atender um problema histórico apontado pelos empreendimentos econômicos solidários e identificado inclusive pelo mapeamento realizado pela SENAES: a problemática da assistência técnica.

5.2 O Significado do Projeto Integra

O Projeto Integra foi amplamente discutido com as instituições que compõem o conselho estadual de políticas públicas de economia solidária. Neste momento os empreendimentos econômicos solidários colocaram seus anseios e necessidades. O aprofundamento do conhecimento da realidade local mostrou que as entidades comunitárias locais buscam alternativas econômicas de sobrevivência.

No território de Santo Amaro existe uma efervescência cultural, principalmente no que diz respeito a grupos de artesanato, tendo como foco o artesanato com influência da cultura local. Também foram identificadas outras atividades econômicas existentes, as quais deverão ser apoiadas, a exemplo da prestação de serviços nas áreas de limpeza, conservação e alimentação. Na questão formação ficou evidente a necessidade de capacitação, principalmente nas áreas de gestão/funcionamento do empreendimento, formação de preço e melhoria do produto, quanto à qualidade, inovação e design.

O outro território escolhido é uma Microrregião da Mata Norte do Estado de Pernambuco. Na região há uma grande quantidade de agricultores familiares que sofre com a falta de diversificação da produção, com a concentração da monocultura da cana de açúcar e suas grandes usinas. Um dos destaques desta região é o seu calendário cultural, bastante rico com atividades durante os ciclos carnavalesco, junino, natalino e religioso. Na região existem patrimônios culturais reconhecidos, a exemplo do Centro de Paudalho, o Santuário de São Bendito dos Ramos, também em Paudalho, entre outros, favorecendo a questão turística da localidade, juntamente com o clima ameno e agradável, o que reforça a necessidade de investimentos nos empreendimentos que possam incorporar as suas atividades produtivas no contexto do turismo.

Em relação à Agricultura Familiar, os atores locais apontam a necessidade da diversificação e escoamento da produção, a agregação de valor com o beneficiamento

do produto e a perspectiva de trabalhar a questão da gastronomia (doces e licores), como principais ações a serem desenvolvidas. Foram identificados grupos e associações que trabalham com o artesanato local, principalmente em Carpina e Tracunhaém. Diante disto, priorizou-se a Agricultura Familiar, com foco na agroecologia e beneficiamento dos produtos e o artesanato, vinculando-os ao apelo turístico e cultural da região. Em relação à formação, as necessidades recaem em capacitações relacionadas às boas práticas de produção de alimentos, produção agroecológica e gestão de empreendimentos solidários. Especificamente para o artesanato, emergem a importância de investimento em capacitação e consultoria para a melhoria do produto em qualidade, incorporando inovação e design.

A comercialização terá como ponto de apoio o Centro de Artesanato de Lagoa de Itaenga, espaço que pode servir a todos os municípios priorizados pelo projeto, precisando de investimentos em equipamentos, divulgação, criação do modelo de gestão, entre outros.

O grande desafio de implantar ações integradas de organização sócias comunitária, formação e assessoria técnica, investimentos em finanças solidárias e organização da comercialização solidária, terá como principal indicador de impacto a melhoria da renda e da qualidade de vida do público beneficiário, bem como o fortalecimento das organizações e empreendimentos econômicos solidários existentes.

O Projeto Promoção de Ações Integradas de Economia Solidária de Pernambuco – INTEGRA, conforme ressaltamos anteriormente, representa a principal ação do governo federal e estadual para promoção da economia solidária em Pernambuco. Contudo, a execução apresenta problemas, pois o governo do estado optou em contratar entidades/empresas para executar cada fase do projeto. As entidades e empresas que conveniaram com o governo, nem sempre têm trajetória com a temática economia solidária, inviabilizando as ações do projeto. É que a modalidade escolhida para contratar as entidades/empresas tem sido pregão eletrônico, e neste caso, ganham aquelas que oferecem o menor preço.

O setor jurídico e contábil do estado de Pernambuco demora despachar os processos referentes ao Projeto Integra. Neste caso, por diversas vezes aconteceram

descontinuidade das ações, e conseqüentemente a desmobilização dos empreendimentos, gestores e beneficiário do projeto.

Embora o projeto esteja planejado e aconteça em uma região com aspectos parecidos culturalmente, economicamente e socialmente, os municípios são gestados por grupos que na sua maioria das vezes não pensam e nem agem regionalmente, chegando a disputar espaços, inviabilizando parcerias e ações conjuntas, situação verificada principalmente na Mata Norte.

No município de Lagoa de Itaenga existe o Centro de Artesanato, espaço que foi construído pelo governo municipal com apoio do governo federal que estava abandonado e deve servir para comercialização e integração do Projeto Integra da Mata Norte. Entretanto, para o funcionamento do espaço os municípios parceiros deveriam adequar o ambiente, reformar as salas, cuidar da divulgação, articular outros parceiros e responsabilizar-se inicialmente pelo custo do equipamento, situação que tem sido protelado. Quanto ao Espaço Cultural de Santo Amaro, as atividades previstas no plano de trabalho referente à formação e comercialização ainda não iniciaram.

Formação dos empreendimentos foi estruturada sem levar em consideração as peculiaridades dos empreendimentos econômicos solidários envolvidos com o projeto, quanto à carga horária, conteúdos e local de execução, de modo que as turmas neste momento apresentam uma evasão grande.

O fundo solidário deveria estar funcionando, mas por razões da burocratização dos setores, meios do funcionamento do estado de Pernambuco, ainda não houve o processo de contratação da entidade/empresa que vai executar, situação que tem dificultado o acesso a crédito e conseqüentemente a estruturação dos empreendimentos econômicos solidários.

Esta política pública consegue envolver governo federal, estadual e municipal para promoção da economia solidária. Seu processo de concepção e definição de prioridades sugeriram das instâncias de deliberação existente em Pernambuco. O sucesso de sua execução abrirá caminhos para ações parecidas em outros territórios e conseqüentemente o fortalecimento de vários empreendimentos econômicos solidários.

6. CONCLUSÃO

A economia solidária é algo real em Pernambuco e no Brasil, e neste estado existe uma efervescência de iniciativas acontecendo. Os principais beneficiários destas atividades, os pequenos produtores rurais e artesãos, encontraram no associativismo, cooperativismo e na autogestão os princípios para superar os problemas históricos da produção e comercialização, bem como o enfrentamento da concorrência desleal que suas atividades enfrentam para desbancar as barreiras comerciais existentes no mercado interno.

O movimento da economia solidária em Pernambuco e no Brasil, com suas experiências, pautaram o governo estadual e nacional. Diante do exposto, consideramos que o processo de inserção da economia solidária como política pública pelo governo federal, abriu espaços para que os movimentos sociais e empreendimentos solidários pautassem suas reivindicações junto ao governo local. Deste modo, foram criados os marcos legais e as institucionalidades, que por sua vez, devolvem atividades de promoção e fortalecimento da economia solidária.

Por outro lado, o próprio modelo de processo adotado aponta que a inserção de um programa de política pública na agenda governamental em Pernambuco é apenas uma etapa de seu ciclo. Com os marcos legais aprovados e sancionados, o programa segue sua luta interna em busca da consolidação da marca política que ele representa, e na disputa pelos recursos limitados do governo.

Passados pouco mais de uma década, as diversas atividades governamentais em Pernambuco fizeram emergir um ambiente de experiências transformadoras com foco na autogestão. Neste momento colocamos as amplas possibilidades de transformações e dos diversos novos problemas que um projeto de sociedade, baseada na sua autogestão pode vir a trazer, destacando que os resultados intrínsecos, como aumento da confiança e envolvimento político e participativo dos trabalhadores, em uma organização autogestionada que contrastam fortemente com a racionalidade econômica tradicional, ainda não são bem compreendidos pelos envolvidos com o processo.

Embora as diversas ações coordenadas pelo governo central tenham trazidos impactos positivos, verifica-se que no âmbito estadual a economia solidária foi encarada pelo governo como uma alternativa paliativa ao problema do desemprego, voltada apenas para grupos excluídos e de difícil inserção no mercado de trabalho assalariado. Se essa visão distorcida permanecer e não for enfatizado o verdadeiro propósito da economia solidária de fortalecer a autogestão e cooperação, não haverá sua consolidação quanto uma política pública capaz de transformar a visão de mundo dos envolvidos e consequentemente sua realidade.

O banco de dados encontrado no SIES dos empreendimentos econômico solidário, mapeamento realizado pelo governo federal em todo o território brasileiro, e em especial a análise dos 1.503 questionários aplicados em Pernambuco, apontam a realidade dos empreendimentos solidários quanto à necessidade de programas e projetos que possam fortalecer suas atividades produtivas. Neste caso, é necessário o fomento de iniciativas articuladas no âmbito dos governos e da sociedade civil para o fomento a comercialização, acesso ao crédito, formação e abertura de mercado.

O Projeto Integra, principal atividade do governo federal e estadual para apoio e fortalecimento das atividades econômico solidária em Pernambuco, precisa melhorar sua execução e capilaridade para que seus resultados possam contribuir na ampliação da capacidade dos diversos empreendimentos. É certo que o Projeto Integra atende um pequeno número em empreendimentos, sendo necessário ampliar sua atuação para outros territórios em Pernambuco, aumentando o percentual de empreendimentos assessorados e apoiado.

Sendo assim, esta pesquisa de dissertação, por meio do método da análise em questão, conseguiu verificar as diversas fases de implementação de uma política pública, os principais gargalos e seus resultados na realidade. Sabemos que muito precisa ser feito para que os grupos produtivos, que trabalham com economia solidária, possam se tornar referência de emancipação econômica e política. Vale a pena ressaltar que dificilmente o Estado deve deixar de atuar com um movimento em expansão que vem ganhando autonomia, e por assim dizer, já conseguiu entrar na agenda pública, na medida em que instâncias governamentais foram criadas, marcos legal aprovado e sancionado, espaços de decisão política que deliberam sobre recursos e ações governamentais.

Desta forma, reafirmamos a hipótese da dissertação, em que as políticas públicas de economia solidária de iniciativas do Governo Federal e do Governo Estadual em Pernambuco aqui apresentada, contribuíram para a criação de um ambiente de articulação, formação, produção e comercialização.

7. REFERÊNCIAS

ALEPE. Assembleia Legislativa de Pernambuco. Legislação Estadual – LEGISPE. Lei 12.823, de 06 de junho de 2005. Disponível em <http://legis.alepe.pe.gov.br>. Acesso em 15 de agosto de 2014.

_____.Lei 13.704, de 18 de dezembro de 2011. Disponível em <http://legis.alepe.pe.gov.br> – Acesso em 15 de agosto de 2014.

ALBUQUERQUE, P. P. Autogestão. IN: CATTANI, Antônio David (Org.). **A outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

ARRUDA, M. Um novo humanismo para uma nova economia. In: KRAYCHEQUE, G. **Economia dos setores populares**. Petrópolis: Vozes, 2000, p.199-223.

AZAMBUZA, L. R. **Os Valores da Economia Solidária Economia**. Porto Alegre: Revista Sociologias, ano 11, nº 21, p. 282-317. 2009.

BERNADO, João. **A autogestão da sociedade prepara-se na autogestão das lutas**. Piá Piou!, São Paulo, n 3, Nov. 2005.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes. 1998.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: ediciones Nueva Vision, 1974. 339p.

Conferência Nacional pelo Socialismo Autogestionário. Lisboa, maio de 1978

CORRAGIO, J. Distintos conceitos para o entendimento da Economia Solidária. In: **Bahia Análise & Dados**, Salvador - Bahia, v. 12, n.01, p. 35-47, 2002.

DAGNINO, R. (org.). **Tecnologia Social: ferramentas para construir outra sociedade**. Campinas: Komedi, 2010.

DYE, T. R. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. In: **HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (Org.)**. Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: UNB, 2009. p. 99-129.

DYE, Thomas D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice Hall. 1984.

FERREIRA, Helder; CASSIOLATO, Martha; GONZALEZ, Roberto. **Uma experiência de desenvolvimento metodológico para avaliação de programas: o modelo lógico do programa segundo tempo**. Texto para discussão 1369. Brasília: IPEA, 2009.

FRANÇA FILHO, G. C. A Temática da Economia Solidária e suas Implicações Originais para o Campo dos Estudos Organizacionais. In: **II ENEO**. Anais. 2002.

- FRANÇA FILHO, G. C. Teoria e Prática em Economia Solidária: problemática, desafios e vocação. In: **Civitas (Porto Alegre)**, v. 7, p. 155-174, 2007.
- FRANTZ, Walter. **Desenvolvimento local, associativismo e cooperação**. 2002. Disponível em: Acesso em: Nov. 2015.
- FREY, K. **Políticas públicas**: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.
- GADOTTI, M. **Economia Solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: ED, L Editora, 2009.
- GAIGER, L. et al. **A Economia Solidária no RS**: viabilidade e perspectivas. Cadernos CEDOPE - Série Movimentos Sociais e Cultura, 15, 1999a.
- GAIGER, L. G. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Cadernos CRH**, Salvador, 2003, v. 16, n. 39, pp. 181-211.
- GAIGER, L. I. Significados e tendências da Economia Solidária. In: **Sindicalismo e Economia Solidária**. Central Única dos trabalhadores - CUT, 1999b. p. 29-42.
- GAIGER, Luiz Inácio et al. A economia solidária no RS: viabilidade e perspectivas. **Cadernos CEDOPE**, n. 15, 1999. (Série Movimentos Sociais e Cultura).
- GANANÇA, Alexandre Ciconello. **Associativismo no Brasil**: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa. 2006. (Dissertação) Mestrado em Ciência Política - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.
- GROOTAERT, C; WOOLCOCK, M. **Expanding the measure of wealth**: indicators of environmentally sustainable development. Washington: World Bank, 1997.
- HABERMAS, Jürgen. Introdução: delimitação propedêutica de um tipo de esfera pública burguesa. In: Habermas, Jürgen. **Mudanças estruturais na esfera pública**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.
- HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. Edições Loyola, São Paulo, 1992.
- HEIDEMANN, Francisco G. . Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José F. (Org.). **Políticas Públicas e Desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. 2.ed. Editora Universidade de Brasília, 2010. cap. 1, p. 23-40
- HUBERMAN, M., & Miles, M. B. **Analyse des données qualitatives**: recueil de nouvelles méthodes. Bruxelles: De Boeck Université, 1991.
- LASWELL, Laswell, H.D. **Politics**: Who Gets What, When, How. Cleveland: Meridian

Books. 1936/1958.

LAVILLE, J. & FRANÇA FILHO, G. C. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

LECHAT, N. M. P.; BARCELOS, E. D. S. Autogestão: desafios políticos e metodológicos na incubação de empreendimentos econômicos solidários. **Revista Katálysis**, v. 11, pp. 96-104, 2008.

LEITE, M. P. A. Economia solidária e o trabalho associativo: teorias e práticas. São Paulo: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 69, pp. 31-51. 2009.

LIMA, J. Cooperativas, trabalho associado, autogestão e Economia solidária: a constituição do campo de pesquisa no Brasil. In: **I. GEORGES; M. LEITE (Orgs.)**, Novas configurações do trabalho e economia solidária. São Paulo, Annablume, pp. 195-221, 2012.

LISBOA, A. M., 2000. Os desafios da economia popular solidária. **Revista Perspectiva Econômica**, 2000, v. 35, n. 111, pp. 47-62 (Série Cooperativismo, n. 48) - UNISINOS. Disponível em:<www.ecosol.org.br/acervo.htm>.

LISBOA, Armando Melo. Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites. **Revista de Administração de Empresas**. v. 45, n. 3, 109-115, jul/set. 2005. (Pensata).

LYNN Lynn, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis**. Santa Monica, Calif.: Goodyear. 1980

MANCE, E. **A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis: Vozes. 1999.

MEAD, L. M. "Public Policy: Vision, Potential, Limits", **Policy Currents**, Fevereiro: 1-4. 1995.

MENEZES, Maria Thereza C. G. **Economia Solidária: elementos para uma crítica marxista**. Rio de Janeiro, Gramma, 2007.

MORAIS, E.E.; LANZA, F.; SANTOS, L.M.L.; PELANDA, S.S. Propriedades coletivas, cooperativismo e economia solidária no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 105, p. 67-88, 2011.

MOUFFE, C. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 1, n. 3, p. 11-26, out. 2003.

MOURA, Abdalaziz de. **Princípios e fundamentos da proposta de apoio ao desenvolvimento sustentável – PEADS: uma proposta que revoluciona o papel da escola diante das pessoas, da sociedade e do mundo**. Glória do Goitá: SERTA, 2003.

MUCCHIELLI, A. **Dictionnaire des méthodes qualitative sensciences humaines et sociales**. Paris: Arman Colin.1996.

NASCIMENTO, C. **Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária** / ÉdiBenini...[et al] – São Paulo: outras Expressões, 2011.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a Sociedade Civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. São Paulo: Cortez, 2004.

NOVAES, Henrique Tahan. **O retorno do caracol à sua concha**. São Paulo: expressão popular, 2011.

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: ChathamHouse. 1986.

PINHEIROS, Daniel Calbino. **Economia Solidária: Uma Revisão Teórica a Partir dos Seus “Múltiplos” Conceitos**. Revista NAU Social - v.3, n.5, p. 87-105 Nov 2012/Abr 2013.

QUIJANO, A. **Sistemas alternativos de produção?** In: SOUZA SANTOS, B. (org.). *Produzir para viver*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.

RAZZETO, L. **Los caminos de la economía solidária**. Buenos Aires: Lumen-Hvmanitas, 1997.

RICCIARDI, Luiz; LEMOS, Roberto Jenkins. **Cooperativa, a empresa do século XXI: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos**. São Paulo: LTr, 2000.

RODRIGUES, Marta M. Assumpção. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, (Coleção Folha Explica), 2011.

RUA, Maria das Graças. **Desmistificando o problema: uma rápida introdução ao estudo dos indicadores**. Brasília: ENAP, 2004.

SALVADOR, Evilásio. **Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. Serviço Social e Sociedade, São Paulo**, n. 104, p. 605-631, out.\dez. 2010.

SANTANA JUNIOR, G. **A Economia Solidária em face da dinâmica da acumulação capitalista: da subordinação a um novo modelo de regulação social?** (tese de doutorado). Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração da UFBA, 2007.

SANTOS, Boaventura. **Os processos da globalização e as ciências sociais**, São Paulo, Cortez Editora, 2005.

SAYD, Jane Dutra; VIEIRA JUNIOR, Luiz & VELANDIA, Israel Cruz. 1998. "Recursos humanos nas conferências nacionais de saúde (1941 a 1992)". **Revista Saúde Coletiva**, n.14, p. 167-179.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SENAES/TEM. **Pelo direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável**. II Conferência Nacional de Economia Solidária, Documento Final, 2010.

SINGER, P. **“Possibilidades da economia solidária no Brasil”**, in: CUT BRASIL. **Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT**. São Paulo: CUT, 1999, pp. 51-60.

SINGER, P. **A Economia Solidária no Governo Federal**. Mercado de Trabalho, São Paulo, v. 24, agosto, 2005.

SINGER, P. **Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário**. Revista Estudos Avançados, v. 18, n. mai-ago. 2004.

SINGER, P. e SOUZA, André R. de. **A economia solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2002.

SINGER, P. Economia Solidária. In: **CATTANI**, Antônio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003, p. 116 - 129.

SINGER, P. **Economia Solidária**. São Paulo, Vol. 22. nº 62. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142008000100020&script=sci_arttext>.2008.

SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo, Contexto, 1998.

SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. 3 ed. São Paulo, Contexto, 1999b.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. **Para entender o mundo financeiro**. São Paulo: Contexto. 2000.

SINGER, P. Possibilidades da Economia Solidária no Brasil In: **CUT BRASIL. Sindicalismo e Economia Solidária: reflexões sobre o projeto da CUT**). São Paulo: CUT, 1999a: 51-60.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Contexto, 2002.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: **SANTOS**, Boaventura Souza (Org.). **Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista. Reinventar a emancipação social: para novos manifestos**; 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a. p. 81-129.

SOUZA, Celine. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SPSS 10.0 for Windows. Manual do usuário. SPSS Inc., out. 1999.

TATAGIBA, Luciana. Os Conselhos Gestores e a Democratização das Políticas Públicas no Brasil. In: **DAGNINO**, E. (org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TAUILE, J. R. Do socialismo de mercado à Economia Solidária. In: **Revista de Economia Contemporânea**, 1º semestre de 2002.

TAUILE, J. R., 2001. **Do socialismo de mercado à economia solidária**. Seminário internacional *Teorias de Desenvolvimento do Novo Século*. Disponível em www.ecosol.org.br/acervo.htm.

TIRIBA, L. Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa. In: **Perspectiva**, v.26, n.2, p.69-94, jan./jun. 2008.

VAINER, C. **Controle Político ou utopia experimental?**. Unitrabalho Informa ano III n. 10, 2000.

WELLEN, Henrique André Ramos. Contribuição à crítica da 'Economia Solidária'. In: **Katálisis [online]**.vol.11, n.1, pp. 105-115, 2008.

WIRTH, Ioli, FRAGA, Laís; NOVAIS, Henrique Tanhan. Educação, trabalho e autogestão: limite e possibilidades da economia solidária. In: Batista, Eraldo Leme; NOVAIS, Henrique Tahan. **Trabalho, educação e reprodução social: as contradições do capital no século XXI**. Bauru: Canal 6, 2011, p. 191-218.

ANEXO I – LEI Nº 12.823 – Institui a Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado de Pernambuco

LEI Nº 12.823, DE 6 DE JUNHO DE 2005.

Institui a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária no Estado de Pernambuco.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária no Estado de Pernambuco - PEFEPS, que tem por diretriz a promoção da Economia Popular Solidária e o desenvolvimento de grupos organizados autogestionários de atividades econômicas, de forma a articulá-los ao mercado e a tornar suas atividades auto-sustentáveis, por meio de programas, projetos, parcerias com Estado, Sociedade Civil e a iniciativa privada, convênios e outras formas admitidas em Lei.

Art. 2º A Economia Popular Solidária constitui-se de iniciativas da sociedade civil que visam à geração de produto ou serviço, por meio da organização, da cooperação, da gestão democrática, da solidariedade, da distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, da autogestão, do desenvolvimento local integrado e sustentável, do respeito ao equilíbrio dos ecossistemas, da valorização do ser humano e do trabalho e do estabelecimento de relações igualitárias entre homens e mulheres.

Art. 3º A Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária tem os seguintes objetivos:

I - gerar trabalho e renda;

II - propiciar a organização, a formalização e o registro de empreendimentos da Economia Popular Solidária;

III - apoiar a introdução de novos produtos, processos e serviços no mercado;

IV - promover a agregação de conhecimento e a incorporação de tecnologias nos empreendimentos da Economia Popular Solidária;

V - reduzir a vulnerabilidade e prevenir a falência dos empreendimentos;

VI - consolidar os empreendimentos que tenham potencial de crescimento;

VII - proporcionar a associação entre pesquisadores, parceiros e empreendimentos;

VIII - estimular a produção intelectual sobre o tema, como estudos, pesquisas, publicações e material didático de apoio aos empreendimentos da Economia Popular Solidária;

IX - criar e consolidar uma cultura empreendedora, baseada nos valores da Economia Popular Solidária;

X - educar, formar e capacitar tecnicamente as trabalhadoras e os trabalhadores dos empreendimentos da Economia Popular Solidária;

XI - Articular os empreendimentos com o mercado e tornar suas atividades auto-sustentáveis;

XII - articular Municípios, Estados e União, visando uniformizar e articular a legislação;

XIII - constituir e manter atualizado um banco de dados, de acesso público, com o cadastro dos empreendimentos de Economia Popular Solidária, que cumpram os requisitos desta Lei e de entidades de fornecimento e assessoramento.

XIV - criar mecanismos que permitam o controle social da Política de Fomento à Economia Popular e Solidária através de Conselho Estadual multipartite.

Art. 4º Para a consecução dos objetivos da PEFEPS, o poder público propiciará aos empreendimentos de Economia Popular Solidária, na forma do regulamento:

I - acesso a espaços físicos em bens públicos estaduais;

II - equipamentos e maquinário de propriedade do Estado para produção industrial e artesanal;

III - assessoria técnica necessária à organização, produção e comercialização dos produtos e serviços, assim como à elaboração de projetos de trabalho;

IV - serviços temporários, em áreas específicas, tais como contabilidade, marketing, assistência jurídica, captação de recursos, gestão, planejamento, gestão ambiental, recursos humanos, técnicas de produção, contratos com financiadores, contatos com instituições de pesquisa científica e mercadológica;

V - cursos de capacitação, formação e treinamento de integrantes dos empreendimentos de Economia Popular Solidária nas áreas referidas no inciso anterior;

VI - incubação em incubadoras de empreendimentos da Economia Popular e Solidária;

VII - convênios com órgãos públicos, nas três esferas de governo;

VIII - convênios com entidades e programas internacionais;

IX - acesso a centros de pesquisa e a empresas brasileiras para consolidação de vínculo de transferência de tecnologia;

X - prover suporte técnico e envidar esforços junto ao Governo Federal na busca de apoio financeiro para recuperação e reativação de empresas por trabalhadores, em regime de autogestão;

XI - suporte jurídico e institucional para constituição e registro dos empreendimentos de Economia Popular Solidária;

XII - apoio na realização de eventos de Economia Popular Solidária;

XIII - manter gestões junto ao setor privado e a União para o necessário apoio financeiro à constituição de patrimônio, na forma da Lei;

XIV - serviços financeiros e linhas de crédito especiais nos agentes financeiros públicos federais, estaduais, municipais, internacionais e privados, com taxas de juros e garantias diferenciadas, adequadas aos empreendimentos de Economia Popular Solidária, bem como a adaptação das linhas de crédito existentes, com base estrutural em finanças solidárias;

XV - apoio para comercialização;

XVI - participação em licitações públicas estaduais.

§ 1º A utilização de espaços, equipamentos e maquinário público sujeitam os empreendimentos de Economia Popular Solidária às regras de uso previstas nos termos da permissão de uso, que conterà as obrigações dos permissionários.

§ 2º VETADO.

§ 3º Será exigida a frequência mínima estabelecida nos cursos a que se refere o inciso V deste artigo, para manutenção dos benefícios e permanência do grupo na PEFEPS.

§ 4º O apoio para comercialização, a que se refere o inciso XV deste artigo, consiste na busca de alternativas para comercializar e divulgar a produção dos empreendimentos, mediante o apoio à instalação de centros de comércio e de feiras, o incentivo à introdução de novos produtos e serviços no mercado interno e externo e o auxílio à articulação de redes de agentes que promovam o consumo solidário e o comércio justo.

§ 5º Os cursos, o apoio técnico, jurídico e financeiro, os serviços temporários e a incubação deverão observar os princípios e conceitos que regem a Economia Popular Solidária de que trata esta Lei.

§ 6º O poder público poderá firmar convênio, contrato ou outra forma de ajuste administrativo admitida em lei com os Municípios, a União, governos estrangeiros e entidades privadas para a consecução dos objetivos desta Lei, na forma da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 7º Para a execução das atividades e utilização dos recursos relacionados neste artigo, serão mobilizados exclusivamente a mão de obra e o patrimônio atualmente existente e disponível no Estado, de modo a evitar geração de despesas adicionais para o Poder Público.

Art. 5º São características dos empreendimentos de Economia Popular Solidária:

I - a produção, a comercialização e prestação de serviços coletivos;

II - as condições de trabalho saudáveis e seguras;

III - a proteção ao meio ambiente e a todas as formas de vida;

IV - a equidade de gênero, raça, etnia e geração;

V - a não-utilização de mão-de-obra infantil;

VI - a transparência na gestão dos recursos e a justa distribuição dos resultados;

VII - a prática de preços justos, sem maximização de lucros nem busca de acumulação de capital;

VIII - a participação dos integrantes na formação do capital social do empreendimento;

IX - a participação dos integrantes nas deliberações, na forma do parágrafo único do art. 6º desta Lei.

§1º Consideram-se empreendimentos de Economia Popular Solidária as empresas de autogestão, as cooperativas, as associações, os pequenos produtores rurais e urbanos, os grupos de produção que atuem por meio de organizações e articulações locais, estaduais e nacionais.

§ 2º Os empreendimentos de Economia Popular Solidária trabalharão prioritariamente em rede, abrangendo a cadeia produtiva, desde a produção de insumos até a comercialização final dos produtos.

§ 3º Para os fins desta Lei, uma rede de produção integra grupos de consumidores, de produtores e de prestadores de serviços, para a prática do consumo solidário, com o reinvestimento de parte do excedente obtido pelos produtores e prestadores de serviços na própria rede, diminuindo o volume e o número de itens a serem adquiridos no mercado formal.

Art. 6º Consideram-se empresas de autogestão, para os efeitos desta Lei, os grupos organizados preferencialmente sob a forma de sociedade cooperativa, podendo ser adotadas as formas de sociedade por cotas de responsabilidade limitada, de associação civil e de sociedade anônima, atendidos os seguintes requisitos:

I - organização autogestionária, caracterizada pela propriedade em comum dos bens de produção e pela observância dos critérios definidos no art. 4º;

II - gestão da entidade exercida pelos integrantes de forma coletiva e democrática;

III - adoção de modelo de distribuição dos resultados econômicos proporcionais ao trabalho coletivamente realizado.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, a gestão democrática da empresa pressupõe:

I - a participação direta e indireta dos associados em todas as instâncias decisórias, por meio de voto em assembleias ou institutos similares específicos e legais, em eleições e na representação em conselhos;

II - a garantia de voto do associado, independentemente da parcela de capital que possua;

III - a rotatividade de, no mínimo, um terço dos integrantes dos órgãos decisórios - diretoria e conselhos a cada mandato;

IV - a contratação eventual de trabalhadores não associados limitada a, no máximo, 10% (dez por cento) do total de trabalhadores associados;

V - a adoção do trabalho como base para o sistema de remuneração e de distribuição dos resultados.

Art. 7º São considerados agentes executores da PEFEPS:

I - o Governo do Estado, por meio de seus órgãos e entidades;

II - os Municípios, por meio de seus órgãos e entidades;

III - as universidades e instituições de pesquisa;

IV - o Governo Federal, por meio de seus órgãos;

V - as organizações não governamentais;

VI - os agentes financeiros que disponibilizem linhas de crédito para os empreendimentos;

VII - as entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos, que atuem segundo os objetivos desta Lei;

VIII - as entidades internacionais que trabalhem com o conceito de empresa de autogestão democrática e de economia solidária.

Parágrafo único. Os agentes executores da PEFEPS integrarão ações e adotarão estratégias, metodologias e instrumentos comuns de apoio aos empreendimentos.

Art. 8º O Poder Executivo, segundo o interesse público e análise de oportunidade enviará à Assembléia Legislativa projeto de Lei de criação de conselho multipartite e instituição de fundo financeiro.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

JARBAS DE ANDRADE VASCONCELOS
Governador do Estado

ANEXO II – LEI Nº 13.704 – Cria o Conselho Estadual de Economia Popular Solidária

LEI Nº 13.704, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2008.

Cria o Conselho Estadual de Economia Popular Solidária – CEEPS, no âmbito do Poder Executivo do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Poder Executivo do Estado de Pernambuco, vinculado à Secretaria Especial de Juventude e Emprego, o Conselho Estadual de Economia Popular Solidária – CEEPS, órgão colegiado de caráter deliberativo, que tem por finalidade formular e propor diretrizes das ações governamentais de fortalecimento da economia popular solidária.

Art. 2º Ao CEEPS compete:

I - estimular a participação governamental e da sociedade civil no âmbito da política de economia popular solidária;

II - propor e aprovar diretrizes, programas e prioridades para a política de economia popular solidária;

III - sugerir a adoção de medidas para o aperfeiçoamento da legislação, com vistas ao fortalecimento da economia popular solidária;

IV - monitorar e avaliar o cumprimento do conjunto dos programas e políticas públicas de economia popular solidária do Estado de Pernambuco, sugerindo medidas para aperfeiçoar o seu desempenho;

V - examinar e sugerir propostas de políticas públicas que lhe forem apresentadas pelo Governo do Estado ou pela sociedade civil organizada;

VI - estimular a formação de parcerias entre as entidades de apoio, fomento e empreendimentos da economia popular solidária com organizações nacionais e internacionais e governos municipal, estadual e federal;

VII - estabelecer um diálogo permanente com o Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES;

VIII - colaborar com os demais conselhos de políticas públicas que tenham interface e complementaridade com a economia popular solidária;

IX - convocar e coordenar a realização da Conferência Estadual de Economia Popular Solidária em conjunto com a Secretaria Especial de Juventude e Emprego;

X - propor uma política de financiamento para os empreendimentos da economia popular solidária;

XI - aprovar o seu regimento interno.

Art. 3º O CEEPS será composto por 27 (vinte e sete) membros, sendo 24 (vinte e quatro) de forma paritária entre o Poder Público Estadual e a sociedade civil, e 03 (três) convidados permanentes, a saber:

I – 12 (doze) representantes do Poder Público Estadual, sendo 01 (um) representante de cada órgão e entidade, abaixo nomeados:

- a) Secretaria Especial de Juventude e Emprego, que o presidirá;
- b) Secretaria Especial de Articulação Regional;
- c) Secretaria Especial de Articulação Social;
- d) Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos;
- e) Secretaria de Desenvolvimento Econômico;
- f) Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente;
- g) Secretaria Especial da Mulher;
- h) Secretaria da Fazenda;
- i) Secretaria de Planejamento e Gestão;
- j) Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária;
- k) Secretaria de Turismo;
- l) Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE.

II – 12 (doze) representantes de entidades da sociedade civil de apoio e fomento a movimentos sociais e empreendimentos econômicos solidários, indicados pelo Fórum de Economia Popular Solidária de Pernambuco – FEPS/PE, priorizando critérios de regionalidade.

III – 03 (três) convidados permanentes, sendo 01 (um) representante da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego – SRTE/PE - Pernambuco; 01 (um) representante da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco e 01 (um) representante da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária de Pernambuco, os quais não terão direito a voto.

§ 1º Os titulares dos órgãos e entidades elencados nos incisos I e II deste artigo indicarão seus representantes titulares e suplentes, que serão designados por ato do Governador do Estado.

§ 2º Os integrantes a que se refere o inciso III deste artigo serão indicados pelo Pleno do CEEPS.

§ 3º Poderão ser convidados a participar das reuniões do CEEPS, sem direito a voto, a juízo do Presidente do Conselho, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, do Poder Legislativo e Judiciário, bem como técnicos convocados a emitir juízo sobre temas concernentes à sua área de atuação.

Art. 4º O CEEPS compõe-se dos seguintes órgãos:

I - Plenário;

II - Coordenação;

III - Secretaria;

IV - Grupos de Trabalho e Câmaras Técnicas.

Art. 5º Compete ao Plenário do CEEPS discutir e deliberar sobre as proposições de competência do Conselho, bem como dispor sobre normas e baixar atos relativos ao seu funcionamento.

Parágrafo único. O Plenário reunir-se-á bimestralmente, em caráter ordinário e, extraordinariamente, por convocação do seu Presidente ou por requerimento da maioria absoluta de seus membros.

Art. 6º A Coordenação será composta por 04 (quatro) membros, sendo 02 (dois) de cada um dos segmentos indicados nos incisos I e II do art. 3º desta Lei.

§ 1º O Coordenador Geral do CEEPS será indicado alternadamente por cada segmento indicado no caput deste artigo, para mandato de 01 (um) ano.

§ 2º Os funcionamento da Coordenação do CEEPS, bem como os seus integrantes e respectivas atribuições serão estabelecidos através de regimento interno.

Art. 7º Compete à Secretaria exercer a função de auxiliar da Coordenação do CEEPS no desempenho de suas atribuições.

Art. 8º O CEEPS poderá instituir, na forma que dispuser o regimento interno, Câmaras Técnicas e/ou Grupos de Trabalho de composição paritária, de caráter permanente ou temporário, destinados ao estudo e à elaboração de propostas sobre temas específicos que possam contribuir para o cumprimento das atribuições do Conselho.

Art. 9º Fica vedada a percepção de remuneração a qualquer título em decorrência da participação no Conselho de que trata a presente Lei.

Art. 10. O regimento interno do CEEPS complementar\u00e1 as compet\u00eancias e atribui\u00e7\u00f5es definidas nesta Lei e estabelecer\u00e1 as normas de funcionamento do colegiado.

Par\u00e1grafo \u00fanico. O regimento interno do CEEPS ser\u00e1 aprovado pelo Pleno do Conselho, em reuni\u00e3o especialmente convocada para esta finalidade.

Art. 11. Para o cumprimento de suas atribui\u00e7\u00f5es, o CEEPS contar\u00e1 com recursos or\u00e7ament\u00e1rios e financeiros consignados \u00e0 Secretaria Especial de Juventude e Emprego.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publica\u00e7\u00e3o.

Art. 13. Revogam-se as disposi\u00e7\u00f5es em contr\u00e1rio.

Pal\u00e1cio do Campo das Princesas, em 18 de novembro de 2008.

EDUARDO HENRIQUE ACCIOLY CAMPOS
Governador do Estado